

Carta da Conjuntura

É hora de reforçar as instituições fiscais

Ponto de Vista

Banco Central enfrenta dilema para o qual livro-texto ajuda pouco

Entrevista

Cledorvino Belini
Presidente da Fiat Chrysler Automobiles



CONJUNTURA ECONÔMICA

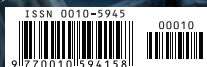
FGV IBRE Editada desde 1947 • www.conjunturaeconomica.com.br • Outubro 2015 • volume 69 • nº 10 • R\$ 14,00

LANÇAMENTO DO LIVRO

Infraestrutura: Perspectivas do Brasil e da China

Nova China, velhos desafios

Mudança do padrão de crescimento da segunda maior economia do mundo evidencia os problemas estruturais que o Brasil deverá mitigar para ganhar espaço nesse mercado



**TRABALHAR
EM GRUPO,
MAS SEM DEIXAR
DE TER
AUTONOMIA.
NA PRÁTICA,
FUNCIONA.**

ANALISTA FGV. A PRÁTICA, ANTES DA PRÁTICA.

As relações de trabalho mudaram. Antes, um profissional em início de carreira não tinha autonomia para realizar seu trabalho e ainda aprender novas habilidades. O Analista FGV prepara você para esse novo cenário, unindo teoria e prática que você já aplica no dia a dia de trabalho.

Início das aulas em outubro.

Comércio Exterior • Finanças
Marketing • Recursos Humanos

ANALISTA  **FGV**

fgv.br/analista-rio

CONJUNTURA ECONÔMICA

NESTA EDIÇÃO

 **FGV IBRE** Instituto Brasileiro de Economia | Outubro de 2015

Carta da Conjuntura

8 É hora de reforçar as instituições fiscais



É inquestionável o esgotamento da capacidade do Estado brasileiro em aumentar a arrecadação em ritmo compatível com a contínua expansão das despesas públicas. Por conta disso, parece clara a necessidade da construção de um equilíbrio sociopolítico em que se contemplem, não só as demandas sociais, mas também o compromisso com a manutenção da ordem econômica.

Ponto de Vista

12 Banco Central enfrenta dilema para o qual livro-texto ajuda pouco

Em relação à Selic, se já houver dominância fiscal, é inútil subi-la ainda mais para tentar conter a alta das expectativas de inflação em função da desvalorização cambial.

Entrevista

14 “O país precisa ser reconstruído”

Cledorvino Belini, presidente da Fiat Chrysler para a América Latina, afirma que o setor automobilístico brasileiro está mais competitivo para buscar grandes mercados exportadores, mas é preciso melhorar as condições de competitividade do país, entre elas o excesso de indexação.

Macroeconomia

20 Dupla de risco

O agravamento de impasses nas frentes política e fiscal fragiliza o país, retardando as expectativas de recuperação econômica.

28 Livre escolha?

A forte redução de vagas de trabalho com carteira assinada no Brasil – de 986 mil no período de 12 meses contados até agosto, como aponta o Caged – parece ter estimulado a migração da população em idade ativa para atividades por conta própria. Segundo dados da PME/IBGE, que abarca as seis principais regiões metropolitanas brasileiras, em agosto esse grupo representava 19,8% da população ocupada, maior nível desde dezembro de 2006.

Petroquímica

32 Outro nó a desatar



O *shale gas* americano, vendido a um preço muito menor do que o da nafta que alimenta as principais centrais petroquímicas do Brasil, paralisa

investimentos no setor petroquímico, derrubou projetos grandiosos como o Comperj e colocou em lados opostos os interesses dos dois sócios na Braskem, praticamente única produtora de matérias-primas petroquímicas do país: o grupo Odebrecht e a Petrobras.

Capa | Setor externo

46 Nova China, velhos desafios



Mudança do padrão de crescimento da segunda maior economia do mundo evidencia os problemas estruturais que o Brasil deverá mitigar

para ganhar espaço nesse mercado. Alguns setores já têm se beneficiado do aumento da urbanização da China e a maior participação do setor de serviços no PIB chinês.

FGV IBRE

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 3799-4747

Primeiro Presidente e Fundador

Luiz Simões Lopes

Presidente

Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella.

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Márcilio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto.

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S.A.), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Faver, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto.

Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédito Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (Vale S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi.

Instituto Brasileiro de Economia

Diretoria: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Vice-Diretoria: Wagner Laerte Ardeo

Superintendência de Clientes Institucionais: Rodrigo de Moura Teixeira

Superintendência de Produção de Bens Públicos: Wagner Laerte Ardeo

Superintendência de Estudos Econômicos: Marcio Lago Couto

Superintendência de Planejamento e Organização: Vasco Medina Coeli

Controladoria: Regina Célia Reis de Oliveira

CONJUNTURA ECONÔMICA

Fundador

Richard Lewinsohn

Editor-Chefe

Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Editor-Executivo

Claudio Roberto Gomes Conceição

Editora

Solange Monteiro

Editoria de arte: Ana Elisa Galvão e Marcelo Nascimento Utrine

Capa e projeto gráfico: Marcelo Nascimento Utrine

Ilustração da capa: Shutterstock

Revisão: Mariflor Rocha

Produção gráfica: Alexandre de Castro

Impressão: Edigráfica

Colaboram nesta edição: Alex Corrêa, Chico Santos, Gustavo Kaercher, Fernando de Holanda Barbosa, Hugo Suzano Silva (estatísticas), Joisa Dutra, Lavínia Holland, Lúvia Amorim, Luiz Guilherme Schymura, Rodrigo Leandro de Moura e Samuel Pessoa

Secretaria e apoio administrativo

Eliane Rodrigues Gama

Rua Barão de Itambi, 60 – 2ª andar

Botafogo – CEP 22231-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3799-6840 – Fax: (21) 3799-6855

conjunturaedacao@fgv.br

Conjuntura Econômica é uma revista mensal editada pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, desde novembro de 1947. As opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não exprimem, necessariamente, as da Fundação Getúlio Vargas. A reprodução total ou parcial do conteúdo da revista somente será permitida com autorização expressa dos editores.

Assinaturas e renovações

conjunturaeconomica@fgv.br

Rio de Janeiro: (21) 3799-6844

Outros estados: 08000-25-7788 ligação gratuita

Circulação

Bernardo Nunes Chefer

Tel.: (21) 3799-6848 – Fax: (21) 3799-6855

Distribuição

FC Comercial e Distribuidora S.A.

Rua Teodoro da Silva, 907 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3879-7766

Publicidade

Nova Central de Negócios

(11) 3554-7399

Diretor de Negócios e Relações Institucionais

Fernando Monteiro

(11) 99153-2132

fernando@conjunturaainstitucional.com.br



Instituto
Verificador de
Comunicação **IVC**

ISSN 0010-5945 *Conjuntura Econômica*. – Vol. 1, n. 1 (nov. 1947)

– Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1947-v. II.; 28cm. Mensal.

Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn; Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres; Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital; Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber; Abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro; Maio 1994-set. 1999, Lauro Vieira de Faria; Out. 1999-nov. 2003, Roberto Fendt; Dez. 2003-jun. 2004, Antonio Carlos Pôrto Gonçalves; Jul. 2004, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira.

ISSN 0010-5945

1. Economia — Periódicos. 2. Brasil — Condições Econômicas — Periódicos. I. Fundação Getúlio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.

CDD 330.5



Nota do Editor

Em 35 anos, a China se transformou drasticamente e esse processo não terminou. A taxa de urbanização já supera os 50%, ante os 20% dos anos 80. O setor de serviços já é dominante na economia com uma participação de 48,2% do PIB, em 2014, ante os 42,6% do setor secundário. Ainda que esteja longe do nível de países como o Brasil, onde os serviços representam 70% do PIB, essa evolução também é acompanhada de aumento significativo de renda, estimulando um novo padrão de consumo.

Sob esse contexto, os desafios brasileiros se multiplicam e vão de coordenar políticas comerciais para posicionar o país como fornecedor de produtos primários de maior valor agregado, adotando uma postura mais atuante na abertura de setores protegidos, a combater problemas estruturais de competitividade da indústria para diversificar a pauta exportadora. A mudança de hábitos no consumo dos chineses tem aberto novas oportunidades a alguns setores brasileiros, como o de incubadoras, papel e celulose – embalagens, papel higiênico, guardanapos –, carnes, com o fim do embargo, além dos já tradicionais, como as *commodities*, como mostra a reportagem de capa desta edição.

A descoberta e exploração de grandes reservas de gás de xisto (*shale gas*), vendido a um preço muito menor do que o da nafta que alimenta as principais centrais petroquímicas do Brasil e que o próprio gás brasileiro, paralisou investimentos no setor e derrubou projetos grandiosos, como o do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), hoje restrito a uma refinaria tradicional. E, curiosamente, colocou em lados opostos os interesses dos dois sócios naquela que se transformou na praticamente única produtora de matérias-primas petroquímicas do país, a Braskem: o grupo Odebrecht e a Petrobras. É o que mostra a reportagem que começa na página 32.

Outro tema que abordamos é a rapidez com que os principais indicadores da economia brasileira se deterioraram este ano, conforme as previsões do Boletim Macro IBRE anunciadas durante o Seminário de Análise Conjuntural em setembro último.

Tema também tratado na Carta da Conjuntura que avalia a rápida deterioração das contas do governo num espaço de tempo relativamente curto.

Claudio Conceição
claudio.conceicao@fgv.br

Sumário

Carta da Conjuntura

8 É hora de reforçar as instituições fiscais
Luiz Guilherme Schymura

Ponto de Vista

12 Banco central enfrenta dilema para o qual livro-texto ajuda pouco – *Samuel Pessôa*

Entrevista

14 Cledorvino Belini – *Solange Monteiro*

Macroeconomia

20 Dupla de risco – *Solange Monteiro*

25 O jogo de ponzi da Dilma – *Fernando de Holanda Barbosa*

26 A fragilidade do empreendedor em uma economia desestimulante – *Rodrigo Leandro de Moura e Alex Corrêa*

Trabalho

28 Livre escolha? – *Solange Monteiro*

Petroquímica

32 Outro nó a desatar – *Chico Santos*

Petróleo e Gás

40 Novamente, a governança no setor de energia – *Lavinia Hollanda*

42 A indústria do gás deve crescer – *Gustavo Kaercher, Joisa Dutra e Livia Amorim*

Capa – Setor Externo

46 Nova China, velhos desafios – *Solange Monteiro*

58 Retorno milenar – *Claudio Conceição*

Livro

64 Distintas demandas – *Solange Monteiro*

Índices

I Índices Econômicos

X Conjuntura Estatística

**A CAIXA TEM AS SOLUÇÕES PARA
FINANCIAR O SEU INVESTIMENTO.
QUANDO UMA EMPRESA AVANÇA,
O PAÍS AVANÇA JUNTO.**



Ser competitivo é essencial aos bons negócios. Com a CAIXA, você tem à disposição diversas soluções de financiamento para sua empresa, com melhores taxas e parceria com o BNDES. Venha conhecer tudo que a gente pode fazer para a sua empresa crescer.

caixa.gov.br

SAC CAIXA: 0800 726 0101

(informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:

0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

facebook.com/caixa

twitter: @caixa

CAIXA
A vida pede mais que um banco

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

É hora de reforçar as instituições fiscais

Luiz Guilherme Schymura

Doutor em Economia pela FGV/EPGE

Não há como contestar a legitimidade de pressões oriundas de grupos organizados da sociedade por mais benesses. Contudo, também não se pode ignorar que os atuais problemas fiscais brasileiros decorrem daí.¹ Por conta disso, parece clara a necessidade da construção de um equilíbrio sociopolítico em que se contemplem não só as demandas sociais, mas também o compromisso com a manutenção da ordem econômica. Afinal, a desarrumação do sistema de preços, do câmbio, das contas externas, isto é, das principais variáveis macroeconômicas, acaba – como a história tem ensinado – por penalizar a sociedade duramente. Há que se buscar, portanto, um modelo que concilie o crescimento de direitos e benefícios sociais com um setor público fiscalmente responsável.

Histórico

Ao longo dos últimos anos, vem sendo observada no Brasil a expansão do gasto público acima

da capacidade da economia de sustentá-lo. O descompasso entre crescimento da despesa e do PIB levou, do início dos anos 90 até recentemente, a uma expansão acelerada da carga tributária, que pode ter sido uma das causas do módico ritmo médio de crescimento pós Plano Real. A virulência da atual crise, porém, sinaliza que o próprio ordenamento macroeconômico tão duramente reconquistado está agora em xeque diante do limite a que chegou o processo de aumento da carga tributária. Dessa forma, já não se consegue viabilizar o contínuo crescimento do gasto público acima do produto sem colocar em risco os enormes ganhos sociais desde o início da década passada, ameaçados com a dupla erosão dos salários reais pela recessão e pela inflação.

Uma das características surpreendentes da atual crise é a velocidade da deterioração fiscal. Em 2011, o setor público consolida-



do registrou um superávit primário de 3,1% do PIB, sendo 2,3% apenas com receitas recorrentes. Agora, de 2014 a 2016, deve haver déficits primários na casa de 0,5% a 1% do PIB, correndo o risco de ser ainda pior. Esta mudança de regime fiscal veio após um

longo período, iniciado em 1999, de robustos superávits primários em torno ou até acima de 3% do PIB, só interrompido brevemente com a política fiscal anticíclica em 2008 e 2009. Esta, contudo, apenas reduziu o nível do superávit, que ficou acima de 2% do PIB em ambos os anos, e acima de 1% quando se consideram somente as receitas recorrentes.

Institucionalidade fiscal

É surpreendente a forma fulminante pela qual o superávit primário foi transformado em déficit num período tão curto de tempo. Essa constatação, por sua vez, coloca em questão o aparato institucional ligado à responsabilidade fiscal, arduamente montado a partir da estabilização nos anos 90, e que de fato prestou serviços inestimáveis ao país – haja vista o longo período de superávits primários robustos a partir de 1999. Desta vez, porém, o sistema nem evitou a drástica piora fiscal nem soou alarmes que deixassem a sociedade de sobreaviso.

Por conta disso, um dos itens cruciais da agenda econômica à frente é revisitar e fundamentar as instituições fiscais, de tal forma a recriar um arcabouço robusto que permita à sociedade viver plenamente o exercício do jogo democrático, com todas as suas legítimas demandas, sem que se ponha em risco a ordem econômica do país.

A reconstrução fiscal de meados dos anos 90 até o início da década

da passada foi baseada, para além do aumento da carga tributária e das reformas que tentaram mitigar o avanço dos gastos públicos, na introdução de alguns dispositivos institucionais decisivos: desvinculação de parcela das receitas da União, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), renegociação das dívidas estaduais e privatização de bancos estaduais. Foi particularmente importante a criação de um poderoso instrumento disciplina-

Nos últimos anos,
vem sendo observada
no Brasil a expansão
do gasto público
acima da capacidade
da economia
de sustentá-lo

dor das finanças subnacionais, na forma do bloqueio da conta do estado ou município junto ao Tesouro no caso de não pagamento da dívida renegociada.

No arcabouço que ainda persiste, a União tem algumas rédeas importantes de controle do desempenho fiscal dos demais entes federados, mas que foram discricionariamente afrouxadas em período recente (embora essa fase de liberalidade

tenha sido agora encerrada). Assim, abandonaram-se os programas de ajuste fiscal dos estados, e garantias federais foram concedidas para operações de crédito de governos subnacionais, inclusive para alguns que não exibiam o *rating* estipulado na classificação do Tesouro Nacional. O governo federal também estendeu *funding* aos bancos públicos, possibilitando os empréstimos a estados e municípios.

Dessa forma, a crise fiscal de hoje abrange todos os níveis da Federação, o que poderia novamente criar as condições para um acordo como o da renegociação das dívidas estaduais e de alguns municípios, que estabelecesse um novo marco institucional para o controle das contas públicas. A lição do passado, porém, é a de que não adianta impor limites aos estados e municípios e deixar a União com as mãos desamarradas. É tempo de se pensar também em mecanismos não discricionários de controle das contas federais, como limites ao crescimento de gastos correntes ou do endividamento.

Um aspecto central na montagem de uma nova institucionalidade fiscal é a questão do orçamento, em que há grande espaço para avançar. Hoje, o processo orçamentário brasileiro se reveste de grande complexidade e baixa transparência, sendo praticamente ignorado pela maior parte da população, que não tem condições de compreendê-lo e acompanhá-lo. E, ainda que essa compreensão fosse possível, o orçamento está muito longe de re-



presentar um guia fiel de como os governos nas diversas esferas da Federação efetivamente gastam os impostos recolhidos do contribuinte. As distorções se estendem à contabilidade pública.

No caso federal, enormes contingenciamentos e restos a pagar, grandes revisões de receitas, uma série de itens de gasto que não saem do papel e o caráter apenas autorizativo de boa parte da peça orçamentária fazem com que o ci-

É surpreendente a
forma fulminante
pela qual o superávit
primário foi
transformado em
déficit num período tão
curto de tempo

dadão comum tenha a impressão de estar quase diante de uma obra de ficção. Assim, fica prejudicado um dos dispositivos mais centrais da vida democrática, que é a definição transparente pelo Executivo e Legislativo de como os recursos públicos serão gastos.

Uma iniciativa promissora nesse sentido é a chamada Lei das Finanças Públicas, projeto de lei complementar cujo relator na Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE) é o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Trata-se de um substitutivo a projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). A lei proposta cuida basicamente do processo de gestão do ciclo orçamentário, do planejamento à execução.

Em relação ao Plano Plurianual (PPA), que estabelece diretrizes e metas quadrienais para os vários níveis de governo, a proposta é compatibilizar seus prazos com os da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Além disso, o PPA será simplificado e baseado no programa do candidato eleito ao Executivo. O PPA do governo federal, estados e municípios com mais de 200 mil habitantes deverá ter um anexo de política fiscal, do qual consta a estratégia fiscal e o cenário prospectivo das contas públicas em dez anos – o “espaço fiscal de longo prazo”.

Outro item é a criação do Sistema Nacional de Projetos de Investimentos (SNIP) com um Banco de Projetos (BP), para dar racionalidade e transparência ao investimento público. O sistema seria obrigatório para União, estados e municípios com mais de 200 mil habitantes. Quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias, o projeto estende por quatro anos um planejamento fiscal muito mais rico em detalhes. Metas são definidas e o espaço fiscal para novos projetos é delimitado, evitando inclusão de itens de despesa sem fontes de recursos. A estimativa de receita passa para a LDO, retirando-se dos parlamenta-

res o estímulo de ampliarem a previsão de receitas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para cobrir suas emendas pessoais. Há ainda mecanismos para priorizar projetos já aprovados e restringir restos a pagar, além da padronização contábil em todos os níveis da Federação, modelada nas melhores práticas internacionais.

Outra frente importante do aprimoramento do arcabouço de controle das contas públicas é a atualização da LRF, tema a que vem se dedicando o economista José Roberto Afonso, do IBRE. Ele defende a implementação de regras previstas na lei, mas que não entraram em vigor, como o Conselho de Gestão, para regular o tratamento dos processos orçamentários e contábeis; limites de dívida para a União; reavaliação e revisão periódicas dos limites de endividamento de todos os entes federados; e apuração do gasto e do resultado fiscal pelo regime de competência, para evitar o adiamento de despesas para melhorar o resultado, o que ocorre hoje com o regime de caixa.

Afonso também vê dispositivos da LRF que falharam ou se mostraram inadequados, como o poder da União de dar garantias para operações de crédito de estados e municípios, e a determinação (que não funcionou) de que despesas novas tivessem previsão de receita ou de corte de gasto da mesma dimensão. Finalmente, a LRF não lidou com problemas que não eram previsíveis à época de sua criação, como as

operações parafiscais dos empréstimos do Tesouro ao BNDES.

Como fica claro, já existem projetos e ideias, inclusive no Congresso, para reformular e reforçar mecanismos que busquem garantir a sustentabilidade fiscal de longo prazo, e, com isso, compatibilizar as genuínas demandas democráticas da sociedade com a estabilidade econômica, independentemente do governo de plantão. Contudo, deve-se enfatizar que o sucesso no equacionamento das contas públicas não pode prescindir de reformas estruturais importantes. E o que tem se percebido é a falta de uma melhor coordenação política para viabilizá-las.

É claro que nenhum aparato institucional será 100% invulnerável. Por isso, toda a agenda de aperfeiçoamento das instituições fiscais deve ser centrada na transparência e em despertar a atenção pública, o que vai desde a supervisão independente das projeções de receitas até, em última instância, um orçamento impositivo claro e tão simplificado quanto possível, cuja elaboração e aprovação constituam um processo central da vida democrática brasileira. ▣

¹É inquestionável o esgotamento da capacidade do Estado brasileiro em aumentar a arrecadação em ritmo compatível com a contínua expansão das despesas públicas.

O texto é resultado de reflexões apresentadas em reunião por pesquisadores do IBRE. Dada a pluralidade de visões expostas, o documento traduz minhas percepções sobre o tema. Dessa feita, pode não representar a opinião de parte, ou da maioria, dos que contribuíram para a confecção deste artigo.



Banco central enfrenta dilema para o qual livro-texto ajuda pouco

Samuel Pessôa

Pesquisador associado da FGV/IBRE

Nos últimos anos, os bancos centrais do mundo rico se defrontaram com a situação inusitada de juros nominais nulos. Neste limite, não é possível reduzir ainda mais os juros. O BC, portanto, precisa empregar outros instrumentos para estimular a economia, isto é, para interferir no seu equilíbrio real. A situação de juros nominais nulos não é algo que foi extensivamente tratado nos livros-textos, o que faz que os BCs estejam em verdadeiro voo cego. A teoria tem que ser criada ao mesmo tempo em que a autoridade monetária tenta lidar com essa situação excepcional e, em certa medida, esdrúxula.

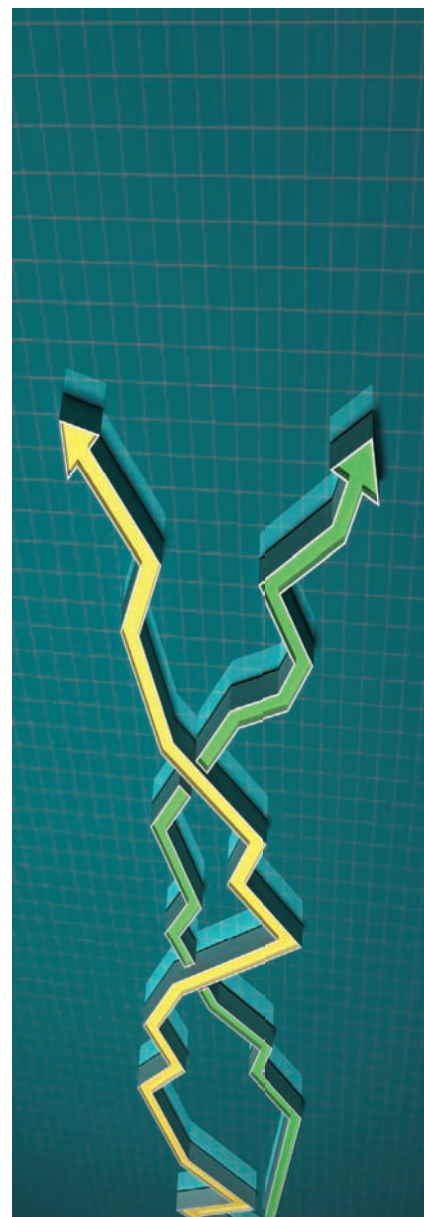
Não é exagero dizer que o Banco Central do Brasil vive situação análoga. Ao longo de 2015, descobrimos que a autoridade fiscal não consegue construir uma trajetória de superávits primários que estabilize a dívida pública. A presidente e seu governo, enfraquecidos, não têm capacidade de negociar com o Congresso Nacional o ajuste fiscal necessário. Dessa forma, o BC se vê na situação de fazer política monetá-

ria para trazer a inflação à meta em uma economia na qual a autoridade fiscal não consegue estabilizar a dívida interna. Adicionalmente, parcela relevante da dívida interna, equivalente a aproximadamente 18% do PIB, encontra-se nas mãos de não residentes.

A difícil situação do BC tem se desenrolado aos olhos do mercado e da sociedade brasileira. Os analistas projetam que a dívida pública crescerá de forma explosiva e, de fato, já é possível divisar a dívida bruta chegando a 80% do PIB em 2018. Esta percepção de trajetória insustentável do endividamento pressiona o risco país, cujo principal termômetro atual é o *credit default swap* (CDS), um instrumento financeiro que pode ser simplificado como um seguro de crédito. Quando maior o risco, maior o CDS. Isso, por sua vez, pressiona o câmbio, o que aumenta as expectativas inflacionárias.

No funcionamento normal do regime de metas de inflação, a piora das expectativas inflacionárias requer uma reação de aumento da taxa bási-

ca de juros. A razão é trazer de volta as expectativas para a meta, e, com isso, reduzir o custo da desinflação. No entanto, a alta dos juros incide sobre a dívida pública, aumentando o custo da sua rolagem. Num cenário em que já haja preocupações quanto à solvência do governo, este encarecimento financeiro cria ainda mais dúvidas sobre a sustentabilidade da trajetória da dívida. Em reação, o risco país se eleva, levando com ele



o câmbio. Há um círculo vicioso em que a reação de política monetária, para conter a inflação, provoca a alta do dólar, que é inflacionária.

A situação descrita acima é próxima ao conceito de dominância fiscal na literatura. Ao contrário do que às vezes se pensa, a dominância fiscal não é necessariamente explosiva, mas pode provocar uma elevação duradoura da inflação. No caso brasileiro, o aumento da inflação poderia em última instância “resolver” o problema de solvência, por dois mecanismos – o aumento do PIB nominal, que entra no denominador da relação, monitorada pelo mercado e pelas agências de risco, entre a dívida e o PIB; e a erosão do valor real das despesas orçamentárias, que são menos indexadas que as receitas.

De qualquer forma, mais do que qualquer discussão acadêmica, o que o BC precisa é decidir como lidar com a atual situação. Infelizmente, não há um corpo de conhecimento em teoria monetária que estipule qual é o melhor curso de ação (na política monetária) quando a economia enfrenta uma conjuntura desse tipo. Na verdade, se há algo que se possa apreender em termos de “policy” da literatura sobre dominância fiscal, é que a política monetária não funciona quando o fenômeno ocorre.

Assim, se há alguma recomendação implícita, é a de que se conserte a política fiscal. No Brasil, porém, há uma probabilidade grande de que isso não ocorra devido ao impasse político. O BC, portanto, encontra-se em situação similar ao dos bancos centrais desenvolvidos, obrigado a navegar águas não mapeadas.

Diante disso, surgem várias alternativas, mas nenhuma delas têm por

trás de si um sólido *background* de conhecimento científico e de experiência prática. Uma visão é de que um dos grandes trunfos do Brasil é a posição credora líquida cambial do setor público consolidado, algo entre US\$ 120 bilhões e US\$ 130 bilhões. Assim, a desvalorização melhora a situação patrimonial do governo e impede uma dinâmica explosiva pela qual o próprio temor quanto à dívida pública empurre o país na direção da insolvência. Este ponto de vista tem como implicação

Em relação à Selic, se já
houver dominância fiscal,
é inútil subi-la ainda
mais para tentar conter
a alta das expectativas de
inflação em função da
desvalorização cambial

que as autoridades econômicas preservem ao máximo a posição líquida credora, o que tornaria pouco recomendáveis intervenções para segurar ou mesmo suavizar os movimentos do câmbio.

Uma segunda posição seria a de que, diante da impotência do instrumento dos juros, fosse, pelo contrário, usada com mais intensidade a arma da intervenção cambial, seja por derivativos ou à vista, para segurar as expectativas inflacionárias.

Mas esta alternativa não leva em conta que a dominância fiscal não é um processo voluntário, mas sim uma forma de resolução da trajetória de dívida insustentável. Assim, a desvalorização necessária será produzida, e resistir a ela significa apenas desperdiçar reservas e ativos cambiais. Mas, mesmo que haja dominância, isso não significa que o processo de desvalorização não possa ser suavizado para evitar desequilíbrios financeiros.

Em relação à Selic, se, de fato, já houver dominância fiscal, é inútil subi-la ainda mais para tentar conter a alta das expectativas de inflação em função da desvalorização cambial. Concretamente, a taxa básica já está muito elevada se for considerada a intensidade da recessão contratada para este e o próximo ano. Assim, na dúvida, a postura de esperar para ver do Banco Central parece fazer sentido.

O elemento que talvez esteja faltando à autoridade monetária é uma comunicação condizente com a difícil situação. Já está claro que aquilo que se convencionou antes da última forte rodada de desvalorização – que a Selic pararia no nível que pelo modelo do BC produz um IPCA muito próximo de 4,5% em 2016 – está superado. A questão é o que pôr no lugar. É compreensível que o BC não fale em dominância fiscal para não ativar ainda mais os nervos do mercado e da sociedade, mas seria positivo que a comunicação explicitasse de forma cabal que a autoridade monetária considera que a resolução do problema fiscal é imprescindível para o adequado cumprimento da sua missão. No fundo, é isto o que quer dizer dominância fiscal. ■



O país precisa ser reconstruído

Cledorvino Belini

Presidente da Fiat Chrysler Automobiles para a América Latina

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

O Brasil deverá fechar o ano com um mercado automobilístico 30% menor do que em 2013, quando a produção de carros e comerciais leves alcançou 3,6 milhões de unidades. Cledorvino Belini, presidente da Fiat Chrysler para a América Latina, lembra que o setor sempre acompanhou os altos e baixos da economia brasileira fechando cada ciclo com médias crescentes de vendas. “O fator preocupante da atual crise econômica é que a recuperação deve ser lenta, e dificilmente teremos crescimentos médios tão altos como tivemos em décadas passadas”, afirma, em entrevista à *Conjuntura Econômica*. O executivo, há 42 anos na Fiat, diz que hoje o setor está mais competitivo para buscar grandes mercados exportadores, mas que é preciso melhorar as condições de competitividade do Brasil, entre elas o excesso de indexação. “O país precisa de reformas profundas que não foram feitas no seu devido tempo e que, se não acontecerem agora, teremos muita dificuldade em crescer”, diz.

Conjuntura Econômica — Os resultados do segundo trimestre da Fiat Chrysler Automobiles (FCA) apontaram queda de receita líquida apenas na América Latina, de 15% em relação ao mesmo período de 2014. Qual a participação do Brasil nesse resultado?

Dentro da FCA, trabalhamos com quatro regiões. No Nafta (Estados Unidos, Canadá e México), estamos indo bem. É um mercado vigoroso, com melhora de posicionamento dos preços. A Europa está saindo da crise, melhorou. A região da Ásia/Pacífico sofre um pouco, mas nossa participação lá ainda é pequena, estamos investindo agora para o futuro. Já a América Latina sofreu bastante em função do Brasil. Esperávamos que

houvesse uma desaceleração, mas não imaginávamos que seria tão grande. Quando o Brasil não vai bem, pode contar que toda a América do Sul o segue direta ou indiretamente, com exceção talvez da Colômbia e do Peru, que têm se mostrado um pouco mais ativos. Na Argentina, entretanto, entre 2012 e 2015 a demanda caiu quase pela metade. Aqui no Brasil, há dois anos tivemos um mercado de carros e comerciais leves de 3,6 milhões de unidades. Para este ano, estimamos que feche em 2,5 milhões. Ou seja, perdemos 1,1 milhão de unidades nesse período. Isso é o que faz as empresas sofrerem.

A questão do déficit público tornou mais complexo visualizar uma saída para a crise e aumentou a pressão sobre uma alta de impostos. O senhor concorda com o diagnóstico de que o aumento da carga tributária é inevitável?

Nenhum empresário quer aumento de impostos. O que queremos sempre é um mercado que gire mais e que haja arrecadação, a partir disso, dos rendimentos do imposto de renda que a gente paga para o governo. É um imposto salgado, mas é preferível lucrar e pagá-lo. Olhando friamente os números, temos uma questão muito complexa, que é a dos juros. Entendemos que precisamos quebrar a inflação, que não deixa de ser um imposto altíssimo para a sociedade. Mas a conta dos juros está perto dos R\$ 500 bilhões, vamos pagando juros reais exorbitantes. Esse é um custo que está sendo repassado para a sociedade, e se deveria encontrar outra fórmula de equacioná-lo. O dinheiro acaba não sendo investido em produção, e sim na espe-

culação financeira. A gente entende que é preciso certas medidas por um período para dobrar essa inflação. A dúvida é se precisamos fazê-lo do dia para a noite, ou podemos dar mais espaço para a crise não se aprofundar tanto na sociedade brasileira.

Acha que será possível conquistar convergência para reformas estruturais que reduzam o gasto público?

O Brasil precisa disso hoje. Começando pela questão da Previdência, que é o maior gargalo. É uma des-

A gente entende que é preciso certas medidas por um período para dobrar essa inflação.

A dúvida é se precisamos fazê-lo do dia para a noite

pesa exponencial que a sociedade brasileira não conseguirá arcar, é um ônus muito pesado que demanda uma reforma urgente. A questão das despesas vinculadas merece uma revisão constitucional. O governo diz que não tem condições de mexer, pois realmente há um alto nível de vinculação, mas é preciso encontrar uma solução, e esta passa por uma questão política.

O crescimento do setor automobilístico nos últimos anos foi beneficiado pela política de desonerações, seja do IPI, seja da Cide – calcula-se que ambos representaram uma redução de R\$ 56,4 bilhões na arrecadação de 2009 a 2013. Qual impacto do fim das desonerações para o setor?

Houve desonerações, mas não podemos esquecer que temos a maior carga tributária do mundo. Então, o que o setor automotivo precisa é de uma redução da carga tributária para vender mais. Para arrecadar mais. Está comprovada a elasticidade preço-demanda dos automóveis quando você reduz impostos, pois o aumento da demanda compensa. Isso foi comprovado lá atrás, quando se criou o carro popular. Houve redução de impostos e a demanda saltou de 600 mil em 1992 para 1,13 milhão em 1998. E depois vieram novos ciclos. Por quê? Porque não tem cabimento o setor ter uma carga tributária de 32% no Brasil quando a média mundial está em torno de 12%, 13%, e nos Estados Unidos é de 6%. Então, o que temos que encarar é a realidade da carga tributária. Para ter um país em que a maior parte da população possa ter veículos, como em outros países, é preciso carga tributária menor, crédito na medida certa e juros menores. Aí você compõe o mercado automotivo como ele tem que ser. Basta ver que, no Brasil, você tem um carro para cada cinco pessoas, enquanto na Europa essa relação é de um para cada 1,7 pessoa e, no Nafta, de um para 1,5.

O aumento do mercado no período das desonerações também estimulou a ampliação tanto do número de fabricantes quanto da capacidade instalada que, segundo a Anfavea,

hoje soma um total de 4,5 milhões de unidades. Levando em conta que o mercado brasileiro nunca se aproximou desse número, foi um crescimento sustentável?

Havia um potencial. A expectativa era de que o mercado fosse de 4,5 milhões. Esse mercado não aconteceu, mas a capacidade instalada, sim. O que se tem agora é uma capacidade grande para o país exportar. Mas há dois aspectos: o câmbio está melhor, mas os custos também sobem; e a produtividade é baixa. Dentro das fábricas, somos competitivos. Quando o produto sai da fábrica, temos problemas nas estradas, não tem ferrovias, não tem cabotagem para distribuição dentro do país, burocracia, juros em toda a cadeia, tudo isso onera e dificulta a capacidade do Brasil de exportar. Aí não se trata de criar incentivos. Trata-se de dar competitividade para o país real. Por exemplo, exportamos 10% de impostos. Impostos embutidos na cadeia, dos quais o Reintegra cobre apenas 1%. Está faltando a reintegração daquilo que você já pagou na cadeia produtiva.

Recentemente o governo acenou com esforços para ampliar os acordos automotivos, fechando um com o Uruguai, negociando com Colômbia, e com foco também em Peru e Paraguai. Qual impacto se espera com essas frentes?

Isso não mudará muita coisa, pois são mercados pequenos.

Considera-se pessimista com a possibilidade de escoar a produção via exportações?

Sou cauteloso. Temos que ser competitivos em grandes mercados, como Europa e Estados Unidos.

O mercado dos Estados Unidos é de 17 milhões e o da Europa, 15 milhões. Só esses dois somam 32 milhões. México é grande, de certa forma já estamos lá. O mercado colombiano, por sua vez, é de 400 mil. Não quero ser pessimista, mas América do Sul é um impacto pequeno, perto da nossa necessidade. Nós geramos uma ociosidade de 2 milhões de veículos. Para atacar com 2 milhões de veículos, precisamos focar grandes mercados, e América Latina não é suficiente.

Não tem cabimento ter uma carga tributária de 32% no Brasil quando a média mundial está em torno de 12%, 13%, e nos Estados Unidos é de 6%

Caso contrário, a indústria ficará dependente de apoio?

Exatamente. A gente tem que encarar a realidade.

Temos produto para enfrentar esses mercados maiores?

A ideia de que somos defasados é um conceito antigo. Lógico que temos produtos que não estão preparados para grandes mercados, mas também

temos produtos globais, tecnologicamente compatíveis para essa exportação. No caso da Fiat, é o Jeep Renegade, fabricado em Pernambuco. Hoje ele já está sendo exportado da Itália para os Estados Unidos. Começamos agora a produção no Brasil, mas a estimativa é de fabricar 120 mil veículos por ano. Temos capacidade de ampliar para exportar. Claro que em condições de clima e temperatura adequadas, mas lá tem fábrica, produto e porto. E pessoas bem-preparadas.

E quanto ao câmbio?

O câmbio está bom do jeito que está *(na data da entrevista, fechou em R\$ 3,7)*. O grande problema é a volatilidade. Temos que ter estabilização para entender em qual patamar real ele vai ficar e se há condições de operar. Mas exportar nesse período de volatilidade não é bom. Tem que fazer *hedge*, e isso custa caro.

O senhor faz parte do Movimento Empresarial pela Inovação (MEI). Quais principais fragilidades o grupo identifica nas iniciativas para impulsionar a inovação no Brasil, e quais são representativas do setor automobilístico?

O MEI não tem nada a ver com a indústria automobilística. É um movimento para estimular a inovação no país. Estamos presentes porque somos considerados uma empresa inovadora. Hoje o Brasil tem condições favoráveis em todos os sentidos. Temos aqui em Minas Gerais as montanhas de ferro, do que basicamente um automóvel é feito. Então temos condições básicas que permitem ou deveriam permitir competitividade. Mas a escala peca nesse sentido. Desde o produtor de aço, de fundidos, de

todas as matérias básicas que vão no automóvel, todos têm problema sério porque não contam com grandes escalas e por isso não atingem padrões mundiais de competitividade. Por outro lado, os custos de capital são exorbitantes no Brasil. Em nenhum país do mundo há um custo de capital tão elevado quanto temos aqui. Tudo isso prejudica o custo de produção. Seja em Minas Gerais, seja em São Paulo, Pernambuco, cada um tem suas características que inibem a capacidade e competitividade do Brasil.

Em que medida o Inovar-Auto tem colaborado para o aumento da competitividade do setor? É possível ter uma prévia dos resultados que deverão ser apresentados em 2017?

O Inovar-Auto foi um programa de incentivo à engenharia para criar condições tecnológicas mais adequadas à indústria brasileira e eliminar o atraso que existia em relação ao mercado mundial. Por isso digo que os produtos novos fabricados aqui estão todos muito alinhados em termos de tecnologia. O Inovar-Auto atraiu engenharia para o Brasil. Aqui na Fiat, antes tínhamos 800 engenheiros e hoje temos quase 2 mil entre Minas Gerais e Pernambuco, desenvolvendo competências nacionais. Lançamos mão de uma rede formada com centros tecnológicos, com o ITA, com empresas externas e universidades. Estamos organizando um seminário para a primeira semana de novembro com painéis científicos dos *cases* desenvolvidos com parceiros externos, para o qual já temos 80 apresentações diferentes.

Por isso, hoje, se perguntar “temos veículo para exportar?”, e olhar praticamente todas as montadoras, a

resposta é sim. Foi assim que nasceu um produto global, no mais avançado estágio tecnológico que existe no mundo. Teremos que comprovar isso que digo só em 2017, mas os resultados já são visíveis. Todo mundo teve que trabalhar para isso, e o desafio foi grande. Não esqueça que no nosso país temos ainda a questão do uso do álcool combustível, do flex, e ainda estamos encontrando caminhos para enfrentar esse desafio tecnológico. Em minha opinião, realmente demos um salto. Do lado pessoal, estou muito

A ideia de que somos defasados é um conceito antigo. Lógico que temos produtos que não estão preparados para grandes mercados, mas também temos produtos globais

feliz por ter trabalhado intensamente para esse projeto (quando o Inovar-Auto foi criado, em 2012, Belini era presidente da Anfavea).

Em sua opinião, somos um país que privilegia a empregabilidade em detrimento da inovação que aumenta a produtividade?

As políticas públicas de certa forma privilegiam, sem dúvida nenhuma, a

geração de emprego. Mas o capital não vê isso. Principalmente quando o capital é caro, ele é alocado em função do retorno do investimento. Em minha opinião, isso não prejudica. O que se busca são oportunidades de retorno do investimento, e como o custo do capital é alto, esse retorno é mais difícil.

O senhor identifica melhorias nos programas relacionados à infraestrutura, que convergem a uma maior eficiência alocativa?

Eu vejo sempre um bom desenho, mas ainda não vejo resultados aplicados. Olhe o exemplo do programa de concessões de ferrovias. É maravilhoso. Mas está lento, na prática. O programa dos portos está acontecendo lentamente. Faltam regulamentações, como a de cabotagem. Ainda temos a questão das malhas rodoviárias que atravessam grandes cidades. Aqui em Belo Horizonte, por exemplo, há atraso nas obras do anel rodoviário. Há um desenho bom, mas entre o desenho e a realização há um *gap* grande.

Como a Fiat tem administrado seus empregados com a desaceleração da atividade? Qual sua opinião sobre o Programa de Proteção ao Emprego (PPE)?

Temos feito ajustes no nível da produção já há bastante tempo, com férias coletivas, paradas técnicas. Os funcionários que fazem parte de um *turnover* natural não são repostos, que é uma forma de ajustar. Isso não é o ideal, mas é o caminho que encontramos. Há também as paradas em feriados, emenda-se a semana. É um custo alto que estamos tendo. Com relação ao PPE, é muito dis-

cutido. Cada região tem a sua característica, cada empresa tem sua característica, não poderia ser uma política genérica para todos. Cada um deve escolher a melhor alternativa. O que se precisa ter é flexibilidade, condições para que amanhã ou depois você não se depare com um contencioso trabalhista. É preciso regulamentação para isso, como também para a livre negociação e a desindexação. Para termos um Brasil melhor e acabar com a inflação, é preciso desindexar a economia. No caso dos contratos, por exemplo, isso é absurdo. Contratos rígidos indexados à economia na frente são algo terrível, são custos. É ineficiência do sistema. A economia deveria ir se ajustando com liberdade. Caso contrário, é perda de competitividade, enquanto o país precisa ganhar competitividade.

O atual cenário compromete os planos de investimento da Fiat?

A indústria automobilística sempre olha dez anos à frente. Depois que começa um investimento, não tem como parar. Entretanto, a gente vê com muita cautela. Investimento em capacidade produtiva é desnecessário. Temos capacidade produtiva excedente. Investimentos em produto ocorrem, é preciso se atualizar sempre, principalmente vendo o que a concorrência, os mercados estão fazendo em tecnologia de produto, em tecnologia de processo, e também no produto final, no *design*. Isso é inevitável. Mas para tudo isso é necessário ter fluxo de caixa positivo, com a visão na frente. Esse é o grande desafio. Como gerar caixa para fazer investimentos. De um lado temos nossos programas internos; do outro, precisamos entender horizontes

da economia, como pode se recuperar. Por isso nossa grande angústia é pela falta de reformas estruturais no país.

Tínhamos previstos investimentos de R\$ 16 bilhões entre 2013 e 2016, que se mantêm, pois já estão praticamente feitos. No caso da produção do Jeep, ainda temos que aguardar, ver qual caminho o país vai tomar para estudar novos investimentos.


Como a situação brasileira é observada pela operação mundial da Fiat, pelo CEO da companhia?

O país precisa de reformas profundas que não foram feitas no seu devido tempo, fruto de estarmos aprendendo a lidar com uma democracia jovem

Nosso CEO Sergio Marchionne esteve no Brasil no início de setembro, reunindo-se com a presidente Dilma, com Michel Temer, e com os ministros Joaquim Levy e Armando Monteiro. Tanto ele como o mundo lá fora veem a situação como transitória. Investidor não olha o curto prazo, a questão da inflação, do desemprego, dos juros. Ele olha o longo prazo, que é um país

com grandes possibilidades, e com vários ciclos de crescimento que se reproduzem no nosso setor. No nosso caso, toda vez que há uma nova subida, o mercado chega a médias maiores. Houve evolução, caiu, evolução, caiu, mas as médias são sempre crescentes. O que não sabemos é em que momento estamos, se ainda há mais o que descer.

Avalia que a atual crise será pior por combinar recessão com o componente político?

Eu já vi tantas crises... Tenho 42 anos de Grupo Fiat, e 52 de indústria automobilística. Há 12 anos sou presidente aqui. Recentemente, fiz uma apresentação em que recordei as crises brasileiras desde Getúlio Vargas. A crise do João Goulart foi pesada. A crise do Collor deixou todo mundo desconcertado, e não faz tanto tempo assim. Claro que a pisada no calo mais recente nos deixa com a sensação de que é a pior. Mas se você me pergunta a diferença desta para as outras, a minha preocupação é que as anteriores foram seguidas por rápido crescimento. Nesta daqui, parece que a recuperação deve ser lenta, e dificilmente teremos crescimentos médios tão altos como tivemos em décadas passadas. O país precisa ser reconstruído. Precisa de reformas profundas que não foram feitas no seu devido tempo, fruto de uma democracia jovem, fruto de estarmos aprendendo a lidar com essa democracia. Acho que se essas reformas não acontecerem agora, teremos muita dificuldade em crescer. Precisamos de um choque para reconstruir. Mas, para reconstruir, é preciso vontade política. E essa ainda não nos parece que está aflorando como deveria. 

**CORREIOS.
PARCERIA QUE
FORTALECE AS MICRO
E PEQUENAS EMPRESAS.**



Marketing Direto

E-commerce

Exportação

Fale com os Correios: correios.com.br/falecomoscorreios
CAC: 3003 0100 ou 0800 725 7282 (informações) e
0800 725 0100 (sugestões e reclamações)
Ouvidoria: correios.com.br/ouvidoria
SIC: correios.com.br/acessoainformacao



CARTÃO CORREIOS FÁCIL
Solicite o seu nas agências dos
Correios ou peça a visita de um
consultor pelo site
CORREIOSPARCERIA.COM.BR



Os Correios oferecem as melhores soluções para facilitar a gestão do seu negócio. Além de produtos fundamentais para a conquista de novos mercados, como o Exporta Fácil, o Marketing Direto e o E-commerce, sua empresa também conta com o cartão Correios Fácil, que dá acesso a serviços e ferramentas exclusivas, preços diferenciados e melhores prazos para pagamento. Viu só? A parceria dos Correios faz toda a diferença para que as micro e pequenas empresas ganhem ainda mais força.



Dupla de risco

Agravamento de impasses nas frentes política e fiscal fragiliza o país, retardando as expectativas de recuperação econômica



Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

A perspectiva estava dada desde o início do ano: 2015 não seria fácil. Mas, nesse momento, talvez poucos apostassem na falta de consenso político e piora das contas públicas, que nos últimos meses desembocaram em um quadro de deterioração econômica forte e veloz. E que poderá se agravar, alertam analistas, caso o governo não avance em medidas fiscais, acentuando o diagnóstico de paralisia decisória que alarma os mercados. Reunidos no Seminário de Conjuntura Econômica, no início de setembro, os economistas da FGV/IBRE destacaram o impacto dessa mistura nas expectativas de crescimento brasileiro para 2015: uma piora expressiva para o PIB, de contração de 3%, frente à queda de 1,8% estimada na edição anterior do evento, em junho. Para 2016, a projeção revisada é de queda de 2,1%, ante a expectativa prévia de um crescimento modesto, de 0,5%. E, para completar, uma inflação que ignora o momento recessivo da economia: a estimativa do IBRE para o IPCA em 2015 passou de 8,8%, na divulgação de junho, para 9,6% – que

considera o reajuste de gasolina e diesel anunciado pela Petrobras no final de setembro, mas não inclui o impacto de possíveis medidas para aumento de arrecadação, como o aumento da Cide. Para 2016, a previsão para a inflação saltou de 5,4% para 6,4%.

Para o terceiro e quarto trimestres, os economistas calculam uma retração da atividade econômica de 0,8% e 0,6%, respectivamente. Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro Ibre, destacou que os principais fatores que pesaram para esse cálculo foram a continuidade do ajuste de estoques da indústria, o desaquecimento do mercado de trabalho, com maior contração do setor de serviços – a estimativa do IBRE é de fechar 2015 com desemprego em 9% – e a manutenção dos índices de confiança tanto de consumidores quanto de empresas em níveis muito baixos. Aloisio Campelo, superintendente adjunto de Ciclos Econômicos da FGV/IBRE, afirma que, mesmo com segmentos capazes de captar a competitividade devido a câmbio, exportação e substituição das importações, estes são compensados largamente pela

fraqueza da demanda interna, justificando o pessimismo do mercado. Para 2015, as maiores quedas de PIB estão previstas na indústria de transformação, com -9,7% em relação a 2014, e construção civil, com -8,4%. Já do lado da oferta, a contração do consumo das famílias continua menor do que do PIB, com -2,4%. Investimento (-13,6% em relação a 2014) e importações (-10,8%) somam as maiores retrações.

Armando Castelar, coordenador da Economia Aplicada da FGV/IBRE, lembra que a maior parte dos elementos que desembocaram na atual conjuntura – como a desaceleração econômica da China, a gravidade da situação fiscal, e a necessidade de correção de preços – não é novidade. “Já vimos destacando esses fatores há pelo menos dois anos. O que impressiona é a rapidez e a magnitude com que as coisas estão acontecendo”, afirma, emendando uma referência a Arthur Kroeber, da consultoria internacional Gavekal, que em março predicava uma piora

da situação brasileira mais forte do que a média do mercado. “Kroeber classificou o Brasil como o país do ‘wishful thinking’, em que raciocinamos meio com base nas evidências, meio com base no que gostaríamos que acontecesse. Será que os cenários de cauda estão à beira de se materializar, e realmente deixamos de olhar as coisas do ponto de vista mais qualitativo?”, questiona.

No Boletim Macro Ibre de setembro, Octavio Amorim, professor da FGV/EBAPE, enumera os episódios-bomba na frente política que colaboraram para a falta de perspectivas de avanço em reformas no campo econômico: a decisão do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha de se unir à oposição depois de ser denunciado na Operação Lava-Jato, a renúncia do vice-presidente Michel Temer do posto de coordenador político da Presidência, e a constatação de que o nível de popularidade da presidente era o mais baixo desde o início da publicação de pesquisas de opinião no país. Para ele, qualquer cenário político possível – de convergência entre Executivo, Congresso e sociedade; de um arranjo intermediário, dando poder ao PMDB e ao ministro Levy, com apoio dos governadores ao aumento de impostos; ou de destituição da presidente – implicará perda de poder de Dilma Rousseff e do PT, e algum grau de dificuldade em dissipar tensões.

Fator risco

José Marcio Camargo, da PUC-Rio, descreve que o impasse legislativo colaborou com a dúvida do governo entre assumir o ajuste fiscal de



Fonte: Bloomberg. Elaboração: FGV/IBRE.

cheio ou optar por fidelidade à sua base social, o que implicaria manter o déficit, com saída via inflação. “Hoje a presidente não sabe qual caminho é suficiente para se manter no poder, então optou pelo meio. Isso significou um governo que não aponta a nenhuma direção, o que nos coloca sob ameaça de uma paralisia completa”, diz. Tais

indefinições suscitaram o aumento da percepção de risco que, por sua vez, se refletiu na disparada do dólar. Em setembro a moeda chegou a superar os R\$ 4, fechando o mês com valorização de 9,3%. José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários da FGV/IBRE, resalta que a piora do quadro político a partir de julho foi deci-

siva para descolar a trajetória do real da do *dollar index*, indicativo da influência do fator externo no câmbio. “Do final do ano passado até março deste ano, o movimento do câmbio era motivado pelos sinais de aquecimento da economia dos EUA, o que aumentava o risco brasileiro por este ser um país exportador de *commodities*, cujos preços tendem a cair com a valorização do dólar”, diz. A partir de março, entretanto, quando o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) do BC americano avaliou que o desempenho econômico do país não estava tão bom quanto se estimava, o dólar passou a registrar tendência ligeiramente carente, enquanto a desvalorização do real seguiu, acompanhando os impasses domésticos. “Basta olhar para uma das medidas de risco mais observadas, o CDS de 5 anos. Em 2013, estava em cerca de 150 ponto. Hoje, é de 400. Numa economia assim, é o risco quem man-

Sem um giro político que encaminhe medidas para o controle da dívida pública, a frente monetária não recuperará eficácia e pouco poderá colaborar para a recuperação da economia

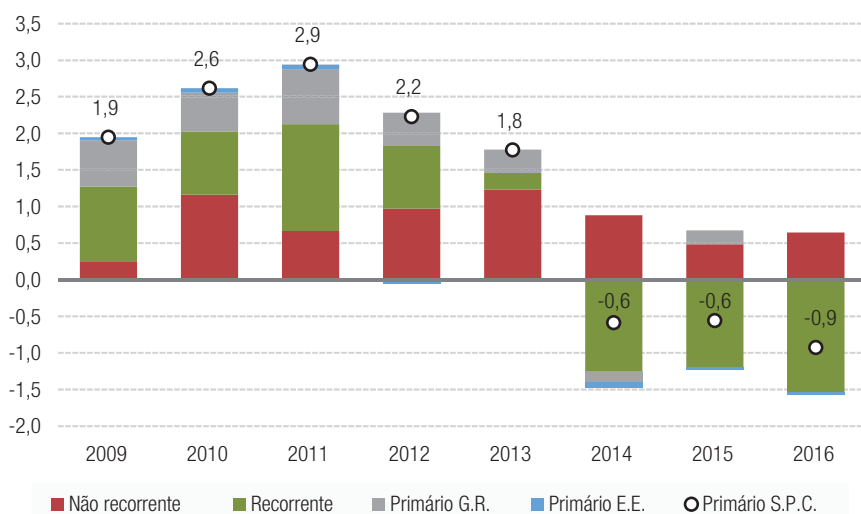
da no câmbio. O problema, agora, é inteiramente nosso”, diz.

Para Senna, sem um giro político e o encaminhamento de medidas para o controle da dívida pública, a frente monetária não recuperará eficácia e pouco poderá colaborar para a recuperação da economia. “Um cenário fiscal ruim afeta o ris-

co, que eleva o câmbio, que bate na inflação, levando o BC a aumentar juros, que impactam o déficit, que eleva a dívida pública, que aumenta o risco, e o ciclo se perpetua”, enumera, reiterando que a falta de ajuste no campo fiscal poderá elevar os preços a níveis bem acima dos atuais.

O anúncio feito pelo governo em 14 de setembro de um pacote fiscal com corte de R\$ 26 bilhões em gastos e R\$ 40,2 bilhões em aumento de arrecadação não foi recebido com otimismo pelos economistas. “É um ajuste pequeno, focado na postergação de gastos que ficarão na conta para o futuro. Para dar uma ordem de grandeza, em 2016 somente o déficit da Previdência é estimado em R\$ 200 bilhões”, diz Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro Ibrel. No Fórum de Economia, promovido em setembro pela FGV/EESP, também prevaleceu a falta de confiança nos efeitos do pacote proposto pelo governo. “Há dois problemas para o resgate da confiança a partir dessa iniciativa: um na área fiscal, já que não se observou uma preocupação com medidas que visassem segurar a evolução de dívida pública no longo prazo, e a questão política, que hoje é difícil de prever”, afirma Nelson Marconi, professor da FGV/EESP. No evento, Octavio de Barros, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, lembrou que a realização de ajustes fiscais em momentos recessivos é complexa por impactar a atividade e, consequentemente, a própria arrecadação. “Mas temos um desequilíbrio histórico entre despesas e receitas que precisa ser

Resultado primário do setor público consolidado
(% do PIB)



Fonte: STN, BNDES, CEF, BCB. Elaboração FGV/IBRE.

resolvido de preferência com a criação de regras para o aumento de gastos. Desajuste fiscal traz incertezas, piora o câmbio e adia a própria retomada da confiança e do crescimento”, afirma.

Como boa parte dos anúncios implica projetos de lei e deve passar pelo Congresso, as medidas não foram consideradas na estimativa do IBRE para o resultado primário deste ano. Vilma Pinto, pesquisadora da Economia Aplicada da FGV/IBRE, afirma que as projeções para o setor público consolidado permanecem em déficit de 0,6% do PIB em 2015 e de 0,9% em 2016. Em nota enviada à imprensa após o anúncio do governo, Vilma e José Roberto Afonso, também pesquisador do IBRE, fizeram observações sobre algumas das medidas contidas no pacote. Entre elas, que a proposta de aumento da CPMF não condiz com a meta de reduzir a cumulatividade do sistema tributário brasileiro. Nas estimativas de inflação, tampouco se esperam mudanças significativas resultantes das medidas do governo para este ano, o que significa, entretanto, um carregamento extra para 2016. “No caso da CPMF, ainda que seja bem distribuída, é um aumento de arrecadação que terá algum efeito na formação de preços, mesmo que este aconteça uma só vez”, diz Salomão Quadros, superintendente Adjunto de Índices Gerais de Preço da FGV/IBRE. Para o próximo ano, o economista ainda cita entre as possíveis frentes de pressão um aumento da Cide, além de uma nova rodada de depreciação cambial, que deverá impactar os preços mesmo frente a

O pacote de ajuste proposto pelo governo é pequeno, focado na postergação de gastos que ficarão na conta para o futuro

Silvia Matos

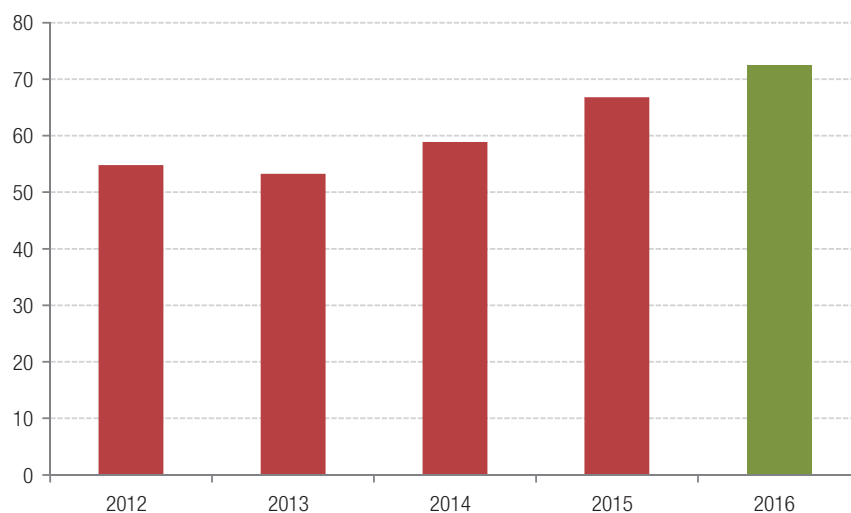
um quadro de aperto monetário e retração da atividade.

O giro necessário

Mesmo com o carregamento de pressões fiscal e inflacionária para os próximos anos, Barros, do Bradesco, busca alentar esperança, citan-

do frentes que poderão estimular o crescimento da economia brasileira a partir de 2016. Entre elas, uma estabilização salarial, reduzindo custos de mão de obra; e o aumento de exportações com forte desvalorização do real. Castelar concorda que a frente externa não deverá ser fator de preocupação para o país, mas lembra que, tanto para o bem – no contexto das exportações – quanto para o mal – restrições ao financiamento externo – as economias desenvolvidas dão sinais de que manterão uma trajetória de melhora de suas economias, e o Brasil também terá que se adaptar a isso. Segundo as estimativas do IBRE de setembro, o déficit em conta-corrente deverá recuar este ano de R\$ 104 bilhões para US\$ 66 bi, ou 3,7% do PIB. Para 2016, espera-se novo recuo, mais tímido, para 3,5% do PIB. Para a balança comercial, as expectativas são positivas, graças ao declínio da demanda doméstica e a depreciação cambial. Para as exportações, as projeções são de crescimen-

Dívida bruta do governo geral
(% do PIB)



Fontes: BCB e FGV/IBRE. Elaboração FGV/IBRE.

to de 3,6% e 2,2%, respectivamente, para 2015 e 2016, e recuo das importações na casa dos 10% em ambos os períodos.

Barros ainda cita a possibilidade de abertura de um ciclo de privatizações, bem como de concessões, impulsionando investimentos de infraestrutura “inequivocadamente atrativos com as novas condições de taxa de retorno”, como fatores positivos para o futuro próximo. Para isso, entretanto, cita a necessidade de disciplina para o aperfeiçoamento de quatro agendas relevantes: da governança orçamentária, apontando como imprescindível a busca por medidas que prezem a qualidade do gasto público; do aumento da potência da política monetária, trabalhando itens como o excesso de indexação na economia; a agenda da produtividade, da qual fazem parte as reformas tributária e trabalhista, bem como políticas de educação e de abertura econômica; e a da infraestrutura, com uma ação mais focada do BNDES, incentivos

Os números do IBRE apontam queda da demanda interna de 8% no acumulado 2015-16 e queda da renda real do trabalho de 8% no mesmo período

ao mercado de capitais e garantia de segurança jurídica. “A casa não caiu. O Brasil tem fundamentos sólidos e uma imensa diversificação de oportunidades”, afirma.

Claudio Frischtak, presidente da Consultoria InterB destaca, entretanto, que nenhuma possibilidade de reversão será possível sem antes se

resolver “a paralisia decisória” entre Congresso e Executivo e encaminhar a questão fiscal. “Hoje vemos uma rejeição muito forte da população por aumento de impostos. Além disso, hoje o Congresso pode, via decreto, negar certos aumentos que tradicionalmente eram do âmbito puramente do Executivo, que é o caso da Cide, cujo aumento considero até razoável”, diz. “O risco que corremos, caso essa paralisia se consolide, não é somente o de barrarmos o caminho para saída da recessão, mas de entrarmos numa depressão”, diz.

Castelar corrobora a preocupação, recordando o atual balanço econômico. “Os números do IBRE apontam queda da demanda interna de 8% no acumulado 2015/16; queda da renda real do trabalho de 8% no mesmo período; e a indústria encolhendo mais de 20% no triênio 2014-2016. Isso significa que, se calculada como percentual do PIB, a indústria da transformação brasileira voltará à década de 1930”, cita. Para o economista, frente às dificuldades de se fazer um ajuste fiscal consistente, conforme a situação exige, corremos o risco de empurrar a situação com a barriga e só descobrir no futuro os frutos amargos da tolerância com a inflação. “Será que não estamos deixando de ver uma ruptura um pouco mais drástica do que a perda de 8% de renda real, os 3 milhões de empregos formais liquidamente destruídos nesses dois anos? Parece muita coisa para o sistema absorver com a velocidade que se está demandando”, diz Castelar apontando que, dessa vez, talvez seja bom contar com ajuda da esperança para vencer certas evidências. ■

Crescimento anual

Ótica da demanda

	2014/2013	2015/2014	2016/2015
PIB	0,1	-3,0	-2,1
Consumo das famílias	0,9	-2,4	-1,4
Consumo do governo	1,3	-15,0	-1,7
Investimento	-4,4	-13,6	-11,3
Exportação	-1,1	3,6	2,2
Importação	-1,0	-10,8	-10,2
Contribuição das exportações líquidas para o PIB	0,0	1,5	1,7

Fonte: IBGE e FGV/IBRE. Elaboração: FGV/IBRE.

O jogo de ponzi da Dilma

Fernando de Holanda Barbosa

Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV/EPGE

Os livros-textos de macroeconomia dos cursos de pós-graduação impõem uma condição nos modelos intertemporais para que não haja jogo de Ponzi. Tecnicamente, esta condição se exprime através de um limite. Todavia, ela pode ser compreendida por um exemplo bastante simples. Imagine-se que eu decida pedir um empréstimo a alguém, digamos de cem mil reais, e ofereça as seguintes condições: eu pagarei uma taxa de juros de 10% ao mês, e ao final de cada mês tanto os juros devidos como o principal emprestado serão rolados indefinidamente. Não existe colateral, isto é, nenhuma garantia, e tampouco minha mulher nem meus filhos serão responsáveis pelas minhas dívidas quando eu morrer. A operação financeira seria na verdade uma doação de quem fez o empréstimo para quem tomou o dinheiro emprestado.

O nome Ponzi é uma homenagem a Carlo Ponzi, um italiano que viveu em Boston, nos Estados Unidos, onde aplicava este tipo de golpe, em diferentes versões. Ele foi preso diversas vezes, e depois expulso dos Estados Unidos. Terminou vindo para o Brasil e morreu pobre num hospital de caridade no Rio de Janeiro. Qual a relação entre jogo de Ponzi e a situação das finanças públicas do governo federal no Brasil em 2014, 2015 e 2016?


Em 2014 o governo brasileiro teve um déficit primário de 0,6% do PIB. Isto significa dizer que o governo não pagou um centavo sequer dos juros devidos, gastou mais do que arrecadou com as despesas de consumo e investimento, tomando dinheiro emprestado para pagar não somente os juros, mas também as demais despesas de 2014 e rolou toda a dívida pública federal.

Em 2015, não obstante as boas intenções do ministro Joaquim Levy, a história de 2014 será repetida, pois pelo andar da carruagem haverá, também, déficit primário. O governo vai tomar emprestado para pagar os juros, o excesso das despesas sobre as receitas e a rolagem do principal.

O primeiro orçamento enviado pela presidente Dilma ao Congresso Nacional para 2016 contemplava um déficit primário. Para qualquer economista bem treinado em macroeconomia, esta informação leva a conclusão de que o governo da presidente Dilma optou por um jogo de Ponzi. Este jogo provoca, no primeiro momento, aumento da taxa de juros com o aumento do risco país e sempre termina em crise da dívida pública. Não é surpresa, portanto, que uma das agências de risco decidiu rebaixar a nota dos títulos públicos brasilei-

ros, colocando-os na categoria de títulos de alto-risco (junk bonds). A surpresa é que até agora as demais agências de risco não seguiram o mesmo caminho.

A presidente Dilma compreendeu o erro que cometeu, voltou atrás e decidiu enviar outro orçamento ao Congresso Nacional com um pequeno superávit primário. Os cortes de despesas são irrisórios e o aumento da receita virá com a criação da CPMF, conhecida como imposto sobre cheque, que incidirá sobre operações financeiras. Este é um imposto ruim como tantos outros que existem no nosso país. Entretanto, se tivermos que escolher entre um imposto ruim e um jogo de Ponzi, a melhor opção para o Brasil neste momento é um imposto ruim.

Uma propriedade extremamente importante do sistema de preços da economia é seu conteúdo de informação. Isto não significa dizer que eles sempre refletem os fundamentos da economia. Aqui e acolá erram, como foi o caso da bolha imobiliária da crise financeira de 2007. Todavia, no momento atual a taxa de câmbio e o risco país sinalizam que o jogo de Ponzi da presidente Dilma não é um evento descartável. Oxalá que eles estejam errados, ou que ela mude o curso dos eventos. 

A fragilidade do empreendedor em uma economia desestimulante

Rodrigo Leandro de Moura
Pesquisador Pleno – FGV/IBRE

Alex Corrêa
Diretor executivo da Equilibrium Gestão de Empresas

Alto desemprego, recessões e pressão inflacionária são situações que historicamente têm motivado o brasileiro a adquirir um perfil empreendedor. Na pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM) Brasil, entre 2012 e 2014, ter o próprio negócio foi apontado como o 3º sonho mais importante dos brasileiros, atrás de viajar pelo Brasil e comprar casa própria, que se intercalaram entre o primeiro e segundo lugares. Esse desejo, entretanto, tem perdido força: de 43,5% das respostas (de múltipla escolha) em 2012 para 31,4% em 2014. O mesmo aconteceu com o sonho de obter um diploma de ensino superior, que em 2012 somava 31,6% de intenções, contra 21,6% em 2014. Tais resultados poderiam ser entendidos como incoerentes face ao cenário econômico positivo dos últimos anos, entre outros fatores, pelo aumento do acesso ao crédito, que permitiria mais chances de investimento em um negócio ou nos estudos.

Na tabela 1, os dados de escolaridade dos empreendedores iniciais e estabelecidos não destoam da incoerência mencionada acima: em 2014 estes se concentraram na faixa entre primeiro grau incompleto e ensino médio completo — 83,9% da totalidade, aumento de quase 10 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2012 — indicando que o perfil escolar dos empreendedores piorou. A maior redução ocorreu no superior incompleto e completo que reduziu 7,7 p.p. Em contrapartida, 100% dos empreendedores iniciais em 2014 que tinham pós-graduação incompleta e completa tornaram-se empreendedores por oportunidade e não por necessidade. Isso indica que, quando o empreendedor tem um nível escolar mais elevado, ele entende que investir por oportunidade é a melhor opção.

Assim, as características desse perfil empreendedor estão refletidas no

baixo grau de qualidade dos negócios gerados. A tabela 2 corrobora esse fato, ao mostrar que os produtos e serviços ofertados e a idade da tecnologia ou dos processos dos empreendedores estão desatualizados, seu mercado é extremamente concorrido e suas empresas não são orientadas para exportação, potencializando o risco de mercado ao ciclo da economia brasileira. O único ponto positivo é que o percentual de empreendedores por oportunidade cresceu nos últimos dez anos. No entanto, esse crescimento não tem sido suficiente para alterar o perfil de negócios frágil da média dos empreendedores, que em sua maioria não procuram apoio técnico de órgãos especializados e consultorias — em 2013, 84,6% e, em 2014, 86,6%. Esse conjunto de resultados pode estar influenciando a produtividade média do trabalhador, que vem se reduzindo desde o ano passado.

Tabela 1 – Nível de escolaridade dos empreendedores iniciais e estabelecidos¹ por oportunidade² (em %)

Nível de escolaridade	2012		2013		2014	
	Empreendedores iniciais e estabelecidos	Empreendedores iniciais por oportunidade	Empreendedores iniciais e estabelecidos	Empreendedores iniciais por oportunidade	Empreendedores iniciais e estabelecidos	Empreendedores iniciais por oportunidade
Nenhuma educação formal	1,7	40,5	2,2	44,9	1,2	43,8
Primeiro grau incompleto - ensino médio completo	74,1	65,7	83,8	68,1	83,9	68,4
Curso superior incompleto e completo	21,8	80,0	12,3	90,6	14,1	84,2
Pós-graduação incompleta e completa	2,4	95,2	1,7	97,3	0,9	100,0
Total	100,0	69,1	100,0	71,3	100,0	70,6

Fonte: GEM Brasil, 2014. ¹Empreendedores iniciais - grupo de entrada e os que possuem até 3,5 anos de atividade. Empreendedores estabelecidos possuem negócios com mais de 3,5 anos.

²A decisão de empreender pode ser motivada por necessidade ou oportunidade. Por necessidade a decisão é baseada por não possuírem melhores opções de emprego, abrem um negócio a fim de gerar renda. Por oportunidade são os que identificam uma chance de negócio e decidem empreender mesmo possuindo alternativas de emprego e renda.

Gráfico 1 – Número médio de empregados formais por estabelecimento



No âmbito do mercado de trabalho, ocorreu entre 2003-2007 uma forte elevação do emprego formal, o qual, pelo gráfico 1, decorreu do crescimento do número médio de empregados por empresas. Isso ocorreu no período de forte crescimento do bônus demográfico, gerando um efeito multiplicador de oferta de mão de obra e de demanda potencial por produtos e serviços na economia associado a um crescimento vigoroso do setor de serviços, intensivo

em mão de obra, decorrente do cenário econômico interno e externo favorável. Talvez este tenha sido o fator mais relevante para a expansão do emprego formal — além do aumento da educação e do acesso ao crédito — haja vista que entre 2000 e 2013 não foram introduzidas alterações importantes na legislação trabalhista, ou outra forma de regulação, que produzissem modificações de porte nas instituições que regem o mercado de trabalho.

No mercado de produto aconteceram algumas mudanças que podem ter contribuído para a expansão do mercado de trabalho. Uma delas foi a forte expansão do crédito às firmas, principalmente às pequenas, através do BNDES e do próprio MTE. A decisão do governo federal de priorizar parte de suas compras em pequenas empresas foi um fator potencial. Porém, a fartura de crédito fácil acabou se mostrando ineficiente no longo prazo, haja vista o baixo crescimento da economia nos últimos anos, o que fez com que as empresas iniciassem, gradualmente, um processo de enxugamento do quadro de funcionários. No entanto, o processo atual é mais lento do que aquele observado na segunda metade da década de 1990, haja vista que o grau de formalização e a valorização real do salário impuseram um custo efetivo maior de ajuste para os empresários, cuja capacidade de gerenciamento é reduzida, como visto pelos resultados das tabelas anteriores. Assim, essa conjunção de fatores mostra que hoje é muito mais custoso para se demitir do que há 20 anos.

A divulgação recente do indicador de Liberdade Econômica do Mundo, feito pelo Fraser Institute (www.fraserinstitute.org), apontando o Brasil na 118ª posição entre 157 países, com queda de 15 posições em relação ao *ranking* anterior, é emblemático por confirmar cada vez mais a nossa economia como uma das menos livres do mundo. Aliado a isso, o perfil frágil de nossos empreendedores, em um ambiente de pouco estímulo a se investir e empreender, cuja inovação tecnológica e processos produtivos são defasados internacionalmente e perfil exportador praticamente inexistente, mostra que o desenvolvimento empresarial é cada vez mais difícil.

Tabela 2 – Empreendedores iniciais x estabelecidos

Perfil e percepção	Empreendedores iniciais			Empreendedores estabelecidos		
	2003-2007	2007-2011	2011-2014	2003-2007	2007-2011	2011-2014
Razão oportunidade/necessidade	1,1	1,9	2,4	-	-	-
Conhecimento dos produtos e serviços				-	-	-
Novo para todos	5,2	4,9	1,3	3,3	2,7	1
Novo para alguns	12,1	10,6	3,6	6,1	4,2	4,9
Ninguém considera novo	82,7	84,5	95,1	90,6	93,1	94,1
Idade da tecnologia ou processos						
Menos de 1 ano	6,6	3,5	0,7	4,8	2,7	0,5
Entre 1 a 5 anos	12,7	11,7	1,6	6,8	6,4	1,2
Mais de 5 anos	80,7	84,8	97,6	88,5	90,8	98,2
Nível de concorrência						
Muitos concorrentes	64,5	63	61,5	73	72,4	69,8
Poucos concorrentes	32	30,5	31,3	23,4	22,7	25,1
Nenhum concorrente	3,5	6,5	7,2	3,5	4,9	5,1

Fonte: GEM Brasil. Elaboração: Autores.

	Exportadores		
	2003-2007	2007-2011	2011-2014
Sim	0,80%	0,90%	0,60%
Não	99,20%	99,10%	99,40%

Fonte: RAIS/TEM. Elaboração: Autores.

Livre escolha?

Com redução do emprego formal, cresce população ativa que recorre ao trabalho por conta própria

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

A forte redução de vagas de trabalho com carteira assinada no Brasil – de 986 mil no período de 12 meses contados até agosto, como aponta o Caged – parece ter estimulado a migração da população em idade ativa para atividades por conta própria. Segundo dados da PME/IBGE, que abarca as seis principais regiões metropolitanas brasileiras, em agosto esse grupo representava 19,8% da população ocupada, maior nível desde dezembro de 2006. Na Pnad mensal de julho, os por conta própria somavam 22,11 milhões em todo o Brasil – uma evolução de 4,16% na comparação anual, enquanto a população ocupada no setor privado com carteira assinada encolheu 2,53% no mesmo período, totalizando 35,73 milhões.

Já na Pnad trimestral, relativa ao período de abril a junho, essa mudança pode ser observada com mais detalhes. De acordo à pesquisa, enquanto a rubrica “empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada” registrou perda de 970 mil trabalhadores no segundo trimestre

de 2015 em relação ao mesmo período de 2014 (para 35,9 milhões), o número de trabalhadores classificados como por conta própria aumentou 988 mil, para 22,06 milhões.

Segundo Rodrigo Leandro de Moura, pesquisador da Economia Aplicada da FGV/IBRE, essa acomodação tem amortizado parte da desaceleração da população ocupada do país, e pode refletir tanto uma precarização do mercado de trabalho quanto uma tendência à chamada “pejotização”, ou seja, de profissionais que se tornam pessoa jurídica para manter-se na ativa.

Observando as diferentes faixas salariais, em termos absolutos, a maior evolução dos por conta própria foi registrada no intervalo entre meio e 1 salário mínimo, com 263,65 mil trabalhadores a mais do que no segundo trimestre de 2014, somando 4,98 milhões, ou 22,9% do total. “Esse aumento entre trabalhadores de remuneração mais baixa – em geral, até dois salários mínimos –, pode ser indicativo de um aumento de informalidade e perda de qualidade do emprego”, diz

Moura. A maior variação percentual, entretanto, esteve concentrada na faixa de 10 a 20 salários mínimos, que registrou 32,8% de aumento em relação ao mesmo período de 2014. Esse grupo, entretanto, representa apenas 1,2% do total dos trabalhadores por conta própria, somando 260 mil no segundo trimestre do ano. O aumento dos trabalhadores por conta própria com remuneração entre 5 e 10 salários mínimos tampouco foi pequeno: 107 mil a mais do que em 2014, com aumento de 10,43%.

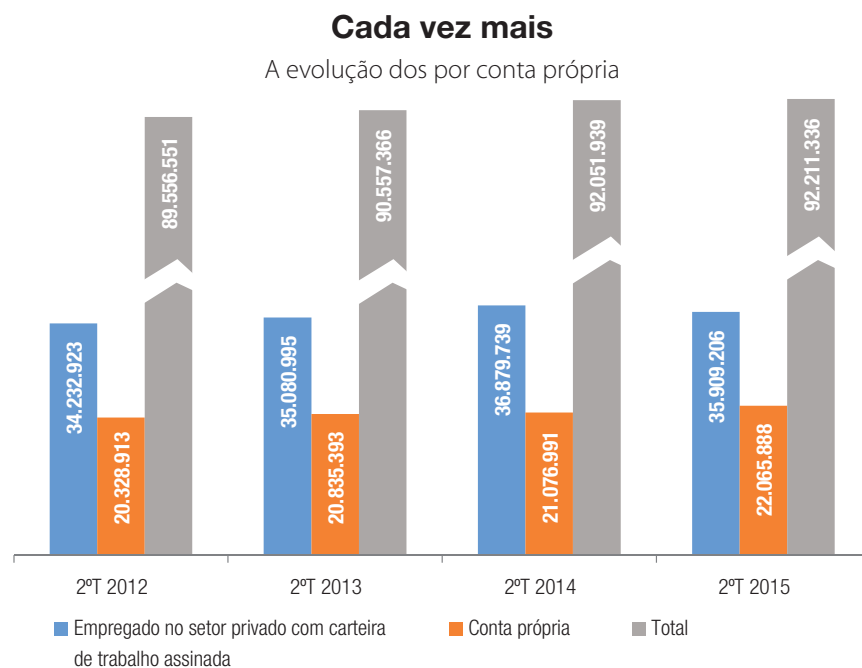
No quesito escolaridade, a tendência se repete. Ainda que em termos absolutos ganhe o número de trabalhadores por conta própria com fundamental incompleto, com um aumento de 320,46 mil, somando 38,3% do total, as maiores variações percentuais se deram no superior incompleto, com 22,62% de aumento, para 631,58 mil, seguido de superior completo, com 13,55%

de aumento – somando agora 2,06 milhões, ou 9,4% do total.

Moura aponta que esse aumento mais acentuado de por conta própria entre os profissionais com maior escolaridade e salários pode se justificar pelo fato de os cargos de maior remuneração terem sido os mais visados no início dos cortes de vagas com carteira assinada. “Com isso, esses profissionais passaram a buscar recolocação como autônomos, tentando manter o mesmo padrão salarial”, diz. O pesquisador destaca que na rubrica “trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios”, a baixa de 401,9 mil pessoas com carteira assinada coincide com o aumento de 460 mil entre os profissionais por conta própria. “Esse segmento abarca atividades como engenheiros civis, arquitetos, entre outros trabalhadores qualificados da área da construção, uma das que mais registraram corte de vagas formais”, exemplifica.

É só recessão?

Apesar do número dos por conta própria ter engordado nesse período de clara retração do mercado de trabalho formal, José Roberto Afonso, pesquisador da Economia Aplicada da FGV/IBRE, defende que essa tendência não deve ser creditada apenas ao momento recessivo da economia. Para Afonso, o atual cenário reforça uma mudança estrutural no mercado de trabalho iniciada há mais tempo, em que os empregos formais de média a alta renda estão sendo transformados em contratação por conta própria ou por empresas individuais, inclusive microempreendedores (MEI). “Eu temo que seja uma quebra definiti-



Principais variações entre os por conta própria:

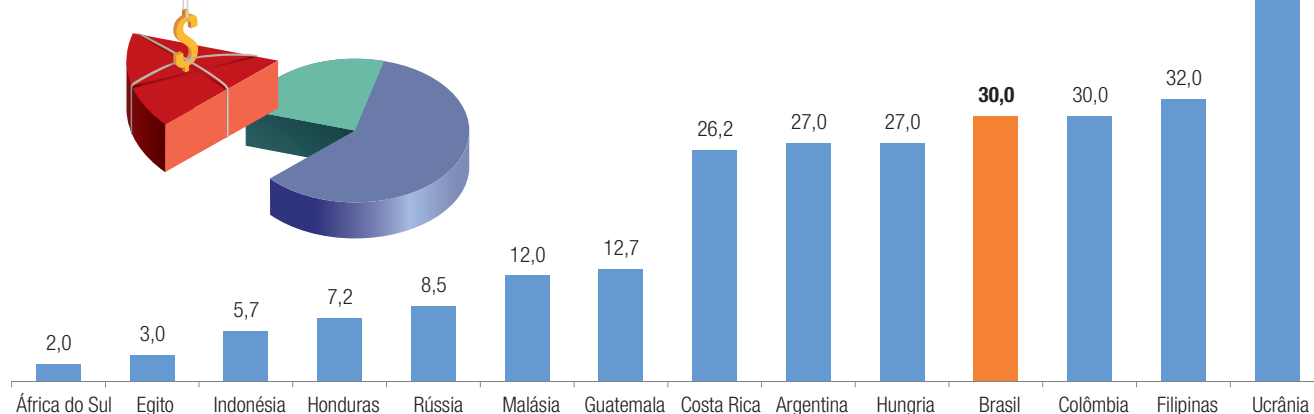
		2ºT 2014	2ºT 2015
POR FAIXA SALARIAL	[0,5SM]+1 a [1SM]	4.718.520	4.982.172
	[1SM]+1 a [2SM]	5.294.332	6.962.383
	[5SM]+1 a [10SM]	918.372	1.025.400
	[5SM]+1 a [10SM]	174.655	260.226
POR EDUCAÇÃO	Fundamental incompleto ou equivalente	8.078.857	8.399.316
	Superior incompleto ou equivalente	488.673	631.584
	Superior completo	1.785.449	2.065.338
POR OCUPAÇÃO	Dirigentes e gerentes	465.589	508.876
	Profissionais das ciências e intelectuais	1.381.995	1.553.383
	Técnicos e profissionais de nível médio	883.959	1.078.239
	Trabalhadores de apoio administrativo	33.538	35.459

Fonte: Pnad trimestral.

va, e muitos dos que ora passaram a trabalhar nessa modalidade, mesmo depois que o ciclo for revertido e retomemos o crescimento, não voltem a ser celetistas”, afirma.

Afonso cita, por exemplo, que desde 2002 o percentual de estabelecimentos com CNPJ ativo que não têm empregados se mantém constante, na faixa de 11%. “Considero

Alíquota da contribuição do empregador (patronal) para a previdência/seguridade social



Nota: Nos países que adotam faixas de alíquotas, foi empregada a mais elevada. Fonte: KPMG.

uma proporção razoavelmente elevada, que converge com a hipótese de abertura de empresa para receber renda, e não para desenvolver uma atividade comercial corrente”, afirma. O pesquisador destaca que esse movimento é particularmente importante entre os altos salários. “Entre 2002 e 2014, o total de vínculos da RAIS cresceu 90%, contra 65% no caso daqueles com salário médio superior a 7 salários mínimos – que é o teto de contribuição para previdência social”, exemplifica. “Pegando os extremos, no mesmo período, o número de vínculos para os que ganham de 1 a 1,5 salário cresceu 176% e, entre 1 e 2 salários, 124%, enquanto os vínculos para 15 a 20 salários caíram 1% e, acima de 20 salários, 29%”, diz, mostrando que, quanto maior o salário, pior foi o desempenho do emprego no longo prazo.

Diferentemente do resto do mundo, no Brasil essa tendência é impulsionada muito mais pelo empregador, diz Afonso, que quer fugir de encargos patronais altos, do que pelo

empregado, que fugiria de alíquotas elevadas do Imposto de Renda. No trabalho “Imposto de Renda e distribuição de renda e riqueza: as estatísticas fiscais e um debate premente no Brasil”, de sua autoria, Afonso cita análise que aponta o Brasil como a mais alta taxa de encargos sobre o salário bruto (57%), bem como maior custo relativo. Ele ressalta que, num cenário como o que se configura no país, com destruição de vagas de altos salários, propostas de aumento da alíquota máxima de Imposto de Renda visando a um aumento de arrecadação não seriam tão eficientes quanto se apregoa. “Mesmo estando entre as mais baixas do mundo, é possível que a alíquota máxima do IRPF esteja se concentrando mais em servidores públicos e funcionários de empresas estatais, e atingindo menos os salários do setor privado, pois esses estão virando pessoa jurídica”, diz. De acordo ao IRPF de 2013, último que a Receita Federal divulgou com dados detalhados, as alíquotas efetivas de servidores públicos federais (14,5%) e empregados de em-

presas estatais (14,2%), por exemplo, foram bem acima da média geral de 8,9% dos rendimentos tributáveis, sendo 9,5% entre empregados de empresas privadas e 6,9% para empresários e autônomos.

Afonso defende a necessidade de se ampliar o debate sobre essa dinâmica que se consolida no país, reiterando seu impacto no sistema de financiamento e organização das políticas públicas. Sem ampliar as pesquisas sobre a estrutura de geração de renda e distribuição de riqueza no país, diz, será difícil imaginar um redesenho do sistema tributário brasileiro que seja bem-sucedido. “Soluções isoladas são inócuas ou insuficientes. É preciso rediscutir todo o sistema tributário e de seguridade social. A reforma ideal exige, antes de tudo, atualizar e pormenorizar o diagnóstico, pois ainda se sabe pouco sobre a renda brasileira e, depois, propor uma mudança consistente tanto do imposto de renda, de PF e de PJ, bem como das contribuições patronais, da previdência social aos demais encargos”, diz.






Enel Green Power, por um mundo mais verde

Presente em 
18 países

Gerando 
38,1 TWh
de energia anualmente

Mais de 
735 plantas

Evitando a emissão de 
22 milhões
de toneladas de CO₂

-  energia eólica
-  energia solar
-  energia hidroelétrica
-  energia geotérmica
-  energia de biomassa



Dados EGP atualizados em 31.12.2014.

Outro nó a desatar

Chico Santos, para *Conjuntura Econômica*

A descoberta e exploração de grandes reservas de gás de xisto (*shale gas*) nos Estados Unidos, combinada com a já revertida elevação do preço internacional do petróleo na primeira década deste século, trouxeram para a indústria petroquímica brasileira um novo nó que parecia improvável, após ter sido desatado na última década do século passado, com o programa de desestatização, o nó da fragmentação e das participações cruzadas de um grande número de acionistas nas empresas de segunda geração (fabricantes de resinas).

O novo gás americano, vendido a um preço muito menor do que o da nafta que alimenta as principais centrais petroquímicas do Brasil e que o próprio gás brasileiro, paralisou investimentos no setor e derubou projetos grandiosos, como o do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), hoje restrito a uma refinaria tradicional. E, curiosamente, colocou em lados opostos

os interesses dos dois sócios naquela que se transformou na praticamente única produtora de matérias-primas petroquímicas do país, a Braskem: o grupo Odebrecht e a Petrobras.

Desde a conclusão do processo de consolidação acionária do setor com a compra da Quattor pela Braskem em janeiro de 2010, com o objetivo de se criar no Brasil uma petroquímica capaz de concorrer no mercado global, que o controle daquela que se tornou a dona dos quatro polos produtores de matérias-primas petroquímicas (eteno, propeno, butadieno e BTX, basicamente) do país – Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul – e líder na produção de resinas passou a ser compartilhado pelo grupo Odebrecht e pela principal fornecedora de insumos (nafta e gás natural) para a própria Braskem, a Petrobras.

Segundo dados do relatório anual de 2014 da empresa petroquímica, a Odebrecht possui 50,11% do capital

votante da Braskem, contra 47,03% da Petrobras (2,86% pertencem a outros acionistas). A Petrobras, que tinha virtualmente deixado o setor petroquímico com as privatizações da década de 1990, foi retornando aos poucos a partir da década de 2000, seja de forma direta, seja por intermédio da Petroquisa, sua subsidiária para o setor.

Hoje, além da participação na Braskem, o maior investimento da estatal na petroquímica está no Complexo Industrial Químico-Têxtil de Pernambuco, produzindo ácido tereftálico purificado (PTA) na Petroquímica Suape, matéria-prima para a produção de fios de poliéster e de resina PET, fabricados pela Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), também controlada pela Petrobras.

A disputa entre a Braskem e sua segunda maior acionista ocorre em torno do preço de longo prazo da nafta utilizada em três das quatro plantas de eteno da empresa (so-

mente a Rio Polímeros, em Duque de Caxias-RJ, produz eteno a partir do gás natural). O eteno é a base para a produção de resinas termoplásticas como polietileno e polipropileno. Atualmente, a nafta é vendida pela Petrobras à Braskem com base em uma fórmula que tem como parâmetro o mercado europeu (a chamada fórmula ARA, retirada das iniciais dos portos de Amsterdã, Rotterdã e Antuérpia), justamente o mercado comprador maior e que, por isso, teria tendência a ser mais caro.

O objetivo da petroquímica é fazer com que o preço da nafta seja baseado em uma fórmula mais flexível que incorpore outros mercados, como o americano, fazendo com que o custo da matéria-prima possa oscilar em um intervalo maior do que aquele entre 92,5% e 105% do preço ARA que está no contrato assinado em 2009. Em fevereiro de 2014, percebendo que teria mais vantagem transformando nafta em gasolina do

A Petrobras, que tinha virtualmente deixado o setor petroquímico com as privatizações da década de 1990, foi retornando aos poucos a partir da década de 2000

que a vendendo como insumo petroquímico, a Petrobras decidiu, apoiada em uma cláusula de saída, que o contrato não era mais do seu interesse e desde então o fornecimento vem sendo feito com base em aditivos concessivos a esse contrato enquanto não se encontra uma alternativa de longo prazo.

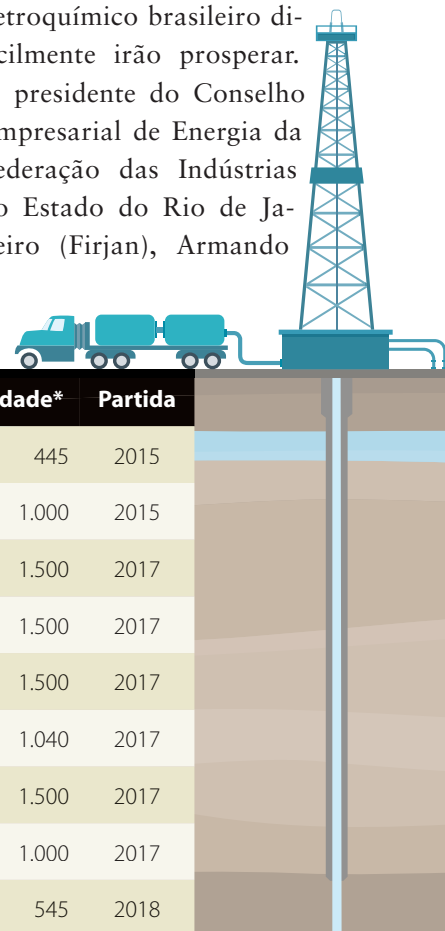
O aditivo atual vigora desde 1º de agosto e se encerra no dia 31 deste mês (outubro). Para complicar o cenário, em junho o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, confessou, no âmbito da Operação Lava Jato da Justiça e da Polícia Federal, que negociou recebimento de propina da Braskem para assinar o acordo do preço da nafta em 2009. Segundo o Ministério Público Federal, a estatal teria sofrido com o contrato prejuízo de R\$ 6 bilhões de 2009 a 2014 por conta do piso em relação ao preço ARA.

Aspectos legais à parte, o problema é que, sem uma fórmula de longo prazo para o preço da nafta, os investimentos no setor petroquímico brasileiro dificilmente irão prosperar. O presidente do Conselho Empresarial de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Armando

Novos projetos em andamento com base no gás de xisto

Empresa	Projeto	Localização	Capacidade*	Partida
Dow	Expansão e reativação de plantas	Hahnville, Louisiana (EUA)	445	2015
Braskem Idesa	Novo <i>cracker</i>	Nanchital, México	1.000	2015
Chevron Phillips	Novo <i>cracker</i>	Cedasa Bayou, Texas (EUA)	1.500	2017
Dow	Novo <i>cracker</i>	Freeport, Texas (EUA)	1.500	2017
ExxonMobil	Novo <i>cracker</i>	Baytown, Texas (EUA)	1.500	2017
Formosa	Novo <i>cracker</i>	Point Confort, Texas (EUA)	1.040	2017
Sasol	Novo <i>cracker</i>	Lake Charles, Louisiana (EUA)	1.500	2017
Shell	Novo <i>cracker</i>	Monaca, Pensilvânia (EUA)	1.000	2017
Occidental	Novo <i>cracker</i>	Ingleside, Texas (EUA)	545	2018

Fonte: Elaboração MaxiQuim a partir de dados IHS, Wood Mackenzie e anúncios de empresas. *mil t/ano

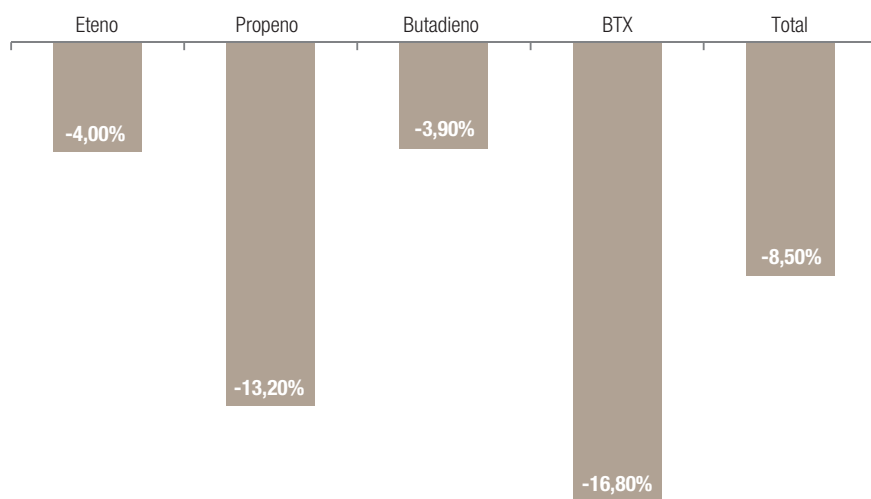


Braskem – produção de petroquímicos básicos¹

(produção caiu 8,5% em 2014)

Produto	2012 (t)	2013 (t)	2014 (t)
Eteno	3.329.758	3.372.825	3.237.886
Propeno	1.472.488	1.505.595	1.306.636
Butadieno	355.703	389.854	374.827
BTX*	1.246.517	1.217.831	1.013.837
Total	6.404.466	6.486.105	5.933.222

Variação 2014/2013



Fonte: Braskem.

¹A Braskem controla os quatro polos petroquímicos básicos do Brasil (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul).

*Benzeno, tolueno, paraxileno e ortoxileno.

Guedes Coelho, ex-presidente da Petrobras e um dos maiores especialistas brasileiros na área petroquímica, chega a admitir que a solução extrema pode estar na verticalização do setor petroquímico como está ocorrendo no setor de fertilizantes, com a Petrobras construindo as plantas para fabricar nitrogenados (amônia e ureia) a partir da matéria-prima que ela mesma produz.

No caso da petroquímica, o caminho seria a Braskem tornar-se

produtora de petróleo (e de nafta), o que consome investimentos pesados e leva tempo, fato que dificilmente ocorrerá no médio prazo, ou a Petrobras assumir o controle da Braskem, o que o próprio Coelho admite também ser muito difícil ocorrer, seja por razões estratégicas ou até por razões políticas.

Um arranjo econômico e político é o que se vem buscando há quase dois anos para assegurar o fornecimento da nafta ao mercado petroquímico. Foi criado um grupo

de trabalho que envolve, além da Braskem e da Petrobras, o Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento e outros órgãos federais, mais governos dos estados diretamente interessados na tentativa de se encontrar uma solução que, ao mesmo tempo, satisfaça a Petrobras e não gere risco de descontinuidade de projetos do setor. Bahia e Rio Grande do Sul, por exemplo, seriam fortemente afetados se viessem a ocorrer problemas mais graves no setor petroquímico.

Nafta, óleo pesado, gás e o Comperj

A alternativa pela nafta para implantação da petroquímica de grande porte no Brasil, a partir da década de 1970, fazia sentido para um país que na época, da mesma forma que a Europa e o Japão, dependia de óleo importado e não produzia gás natural. Além do mais, a nafta é um insumo mais rico do que o gás, sendo possível uma cadeia maior de petroquímicos a partir dela – eteno, propeno, produtos aromáticos (benzeno, tolueno, xilenos), entre outros –, enquanto do gás o derivado petroquímico extraído é basicamente o eteno. Coelho reconhece a diferença, mas diz que para a produção de aromáticos, que seria a maior dificuldade, o craqueamento do petróleo feito nas refinarias comuns gera matéria-prima suficiente, o que permitiria concentrar investimentos futuros em plantas petroquímicas a gás.

No Brasil, a única central petroquímica a gás é a Rio Polímeros (Riopol), um empreendimento ini-

cial da Petrobras e do BNDES com os grupos privados Unipar e Suzano (ambos já fora do setor), hoje uma unidade da Braskem. Segundo Guedes, ela foi concebida ainda na época que ele era diretor da área Industrial da Petrobras (responsável pelo refino e pelo setor petroquímico) como uma alternativa para o uso petroquímico de uma matéria-prima que começava a se materializar no Brasil e que poderia vir a ser mais competitiva do que a nafta.

Foram quase duas décadas até a planta ser inaugurada em 2005, mas Guedes afirma que ela é mais competitiva do que as da Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, todas à base de nafta, até porque o preço do gás para a planta fluminense é referenciado na Mont Belvieu, uma fórmula que combina preços dos mercados dos Estados Unidos e do Canadá. Tanto que hoje, entre as possíveis alternativas que a Braskem estuda

O problema é que sem uma fórmula de longo prazo para o preço da nafta, os investimentos no setor petroquímico brasileiro dificilmente irão prosperar

para ampliar sua produção de matérias-primas petroquímicas no Brasil, a principal delas é a ampliação da planta de Duque de Caxias, desde que o preço do gás seja competitivo.

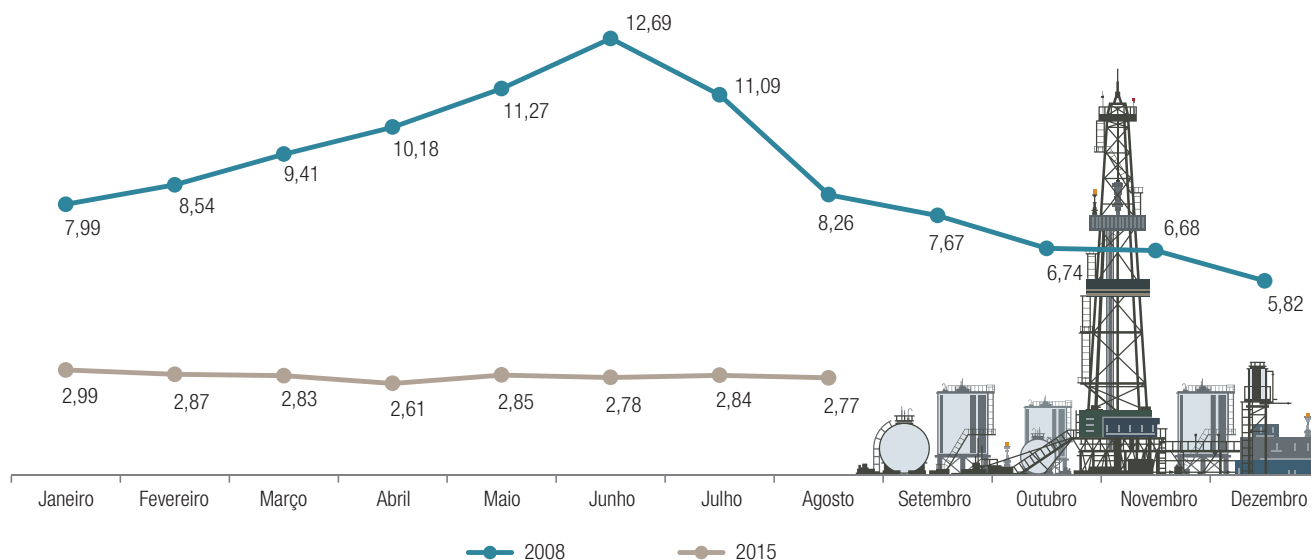
Não teve o mesmo sucesso da Riopol outra iniciativa da Petro-

bras no seu retorno ao setor petroquímico a partir do começo deste século, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). O Comperj, relata Coelho, teve sua origem nas pesquisas feitas pela estatal e seus parceiros (grupo Ultra, com 20%, e a holandesa AKZO Nobel, detentora da tecnologia, com 40%) na Fábrica Carioca de Catalisadores (FCC), concebida no final da década de 1980.

Os catalisadores são elementos utilizados na quebra (craqueamento) das moléculas de hidrocarbonetos para a produção de derivados finos, como gasolinas. Coelho, da Firjan, conta que a FCC foi criada para desenvolver catalisadores no Brasil (eles eram importados para as refinarias e quando davam problemas o fabricante levava anos para resolver) com a condição de que o parceiro holandês iria transferir a tecnologia aos brasileiros.

Preço do gás no mercado americano, mês a mês, em 2008 e 2015¹

2008 marca o início da queda consistente dos preços (em US\$ por milhão de BTU)



Fonte: Henry Hub Gas Spot Price.

*Até agosto.

Em 2004 a AKZO Nobel foi comprada pela americana Albemarle Corp. que hoje divide com a Petrobras, 50/50, o controle da fábrica de catalisadores.

A criação da FCC coincidiu com a descoberta de petróleo cada vez mais pesado na bacia de Campos, RJ (os campos de Marlim e Roncador foram os maiores). As pesquisas da FCC mostraram que poderia ser altamente vantajosa a transformação, via craqueamento direto, das frações pesadas do petróleo de Campos em insumos petroquímicos, sem passar pela produção de nafta. O primeiro a propor a ideia de uma parceria com a Petrobras para fazer a refinaria petroquímica foi o então presidente executivo do grupo Ultra, Paulo Cunha, hoje presidente do Conselho de Administração do mesmo grupo.

A Petrobras abraçou imediatamente a ideia e se propôs a fazer um investimento estimado inicial-

**Foi a partir de 2008
que a produção de gás
de xisto sacudi de vez
o mercado mundial
de hidrocarbonetos,
derrubando o preço do gás
no mercado americano**

mente em US\$ 8,4 bilhões, o maior até então feito pela empresa em um único projeto, mesmo com a desistência do Ultra. Como a tecnologia era absolutamente nova, conta Coelho, a expectativa era de que se o projeto fosse bem-sucedido ele poderia ser depois negociado para

regiões dependentes de nafta petroquímica, como a Europa.

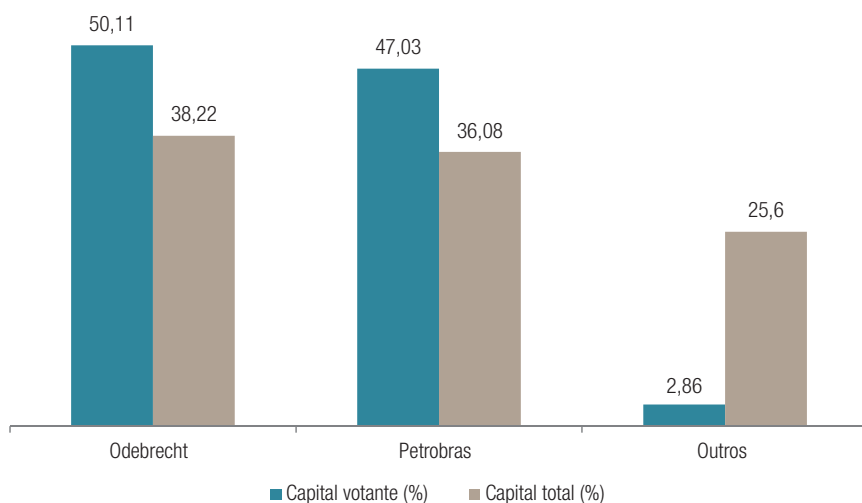
Mas, como a história tem seus caprichos, quando o projeto do Comperj ainda estava nas pranchetas, foi descoberto óleo leve de alta qualidade e associado a gás (quanto mais leve o óleo, maior a quantidade de gás associado) na formação geológica do pré-sal existente ao longo do litoral brasileiro. A prioridade passou a ser então industrializar o óleo e o gás do pré-sal, mudando a concepção do projeto do complexo petroquímico que seria instalado no município fluminense de Itaboraí.

Outro golpe da história veio mais uma vez modificar a concepção do Comperj: o desenvolvimento da produção do gás de xisto nos Estados Unidos a partir de uma tecnologia de fracionamento de rochas sedimentares por meio de explosões controladas. Os americanos vinham tentando essa tecnologia desde a década de 1980, mas o primeiro sucesso comercial só foi alcançado em 2002 pela empresa Mitchell Energy.

Foi a partir de 2008 que a produção de gás de xisto sacudi de vez o mercado mundial de hidrocarbonetos, derrubando o preço do gás no mercado americano. A série histórica do Henry Hub Natural Spot Gas, principal referência para o preço do produto no mercado dos Estados Unidos, mostra que de US\$ 12,69 por milhão de BTU (unidade de medida de energia térmica) em junho de 2008 o preço do gás americano passou para US\$ 5,82 em dezembro do mesmo ano e para US\$ 2,99 em setembro de 2009. Em abril de 2012 o preço atingiu o piso, até agora, de US\$ 1,95 por milhão de BTU e em

Odebrecht e Petrobras dividem o controle da Braskem quase ao meio

(Participações acionárias na petroquímica em 31.12.2014)



Fonte: Braskem (Relatório anual 2014).

agosto deste ano o preço médio foi de US\$ 2,77.

Com o gás americano tão barato, a Braskem, já então principal parceira potencial da Petrobras no projeto, passou a pressionar a estatal para que esta definisse qual seria a referência para o preço do gás do pré-sal que seria utilizado no Comperj. Sem uma resposta para dar, a estatal perdeu o parceiro e transformou o complexo em uma refinaria convencional que teria duas etapas, cada uma com capacidade para processar 165 mil barris de petróleo por dia.

O projeto petroquímico ficaria para outra oportunidade, se fosse novamente considerado viável. Enquanto isso, os custos de construção do Comperj explodiam, passando de US\$ 13 bilhões ainda na fase de construção da primeira etapa da refinaria convencional. A obra entrou para o noticiário policial, via Operação Lava Jato, como uma das principais fontes da corrupção na estatal que foi formalmente reconhecida no balanço do exercício de 2014 (foi computado um prejuízo total de R\$ 6,2 bilhões causado pela corrupção na empresa). A estatal luta agora para colocar em operação a refinaria, uma forma de minimizar os prejuízos gerados.

Novos projeto nos Estados Unidos

Se no Brasil a explosão do gás de xisto americano serviu para jogar água na fervura da expansão petroquímica, lá nos Estados Unidos deu-se, naturalmente, a situação inversa. De acordo com levantamento feito pela consultoria MaxiQuim, oito projetos em andamento para entrada em

O mercado de resinas encolheu 15% em relação ao primeiro trimestre, demandando 1,2 milhão de toneladas de polietileno, polipropileno e de PVC

operação nos Estados Unidos até 2018 (a maioria em 2017) somam 9,03 milhões de toneladas/ano em capacidade de produção de eteno, mais do que o dobro da atual capacidade brasileira que é de 3,95 milhões de toneladas/ano. Dos oito projetos, apenas um é de expansão, 445 mil toneladas de eteno/ano da Dow em Hahnville, Louisiana.

Como a roda da história não para, a queda brusca do preço do petróleo ocorrida a partir do ano passado e seu efeito negativo sobre a competitividade do gás de xisto americano já está fazendo com que vários empreendimentos programados para a América do Norte por conta dessa competitividade estejam sendo reavaliados, segundo informou Solange Stumpf, diretora da respeitada consultoria MaxiQuim.

Não é o caso de outro projeto em andamento na região e também listado pela MaxiQuim, previsto para começar a produzir no começo de 2016. A Braskem confirmou que sua central de eteno de 1 milhão

de toneladas/ano em Nanchital, no estado mexicano de Vera Cruz, segue o cronograma. A central da Braskem, em parceria com a mexicana Idesa, que eleva para mais de 10 milhões a capacidade nova na América do Norte nos próximos três anos, é uma das alternativas externas de expansão adotadas pela empresa petroquímica brasileira para seguir com escala competitiva em âmbito internacional.

Desde que iniciou seu processo de internacionalização, em 2010, a Braskem já adquiriu duas plantas de polipropileno da Sunoco Chemicals nos Estados Unidos e mais cinco plantas da Dow, também de polipropileno, sendo três nos Estados Unidos e duas na Alemanha. As cinco plantas compradas nos Estados Unidos deram à empresa brasileira a liderança no mercado americano de polipropileno.

No âmbito doméstico, o segundo trimestre deste ano refletiu a realidade da crise econômica brasileira. O mercado de resinas encolheu 15% em relação ao primeiro trimestre, demandando 1,2 milhão de toneladas de polietileno, polipropileno e de PVC. Desse total, a Braskem respondeu pela venda de 792 mil toneladas, com queda de 17% na mesma forma de comparação. A empresa, que operou com 93% de utilização da capacidade instalada no período, compensou a retração do mercado doméstico com um aumento de 53% nas exportações, totalizando 373 mil toneladas.

Em termos de investimentos em novas unidades, o último projeto petroquímico de porte inaugurado no Brasil foi uma planta de ácido acrílico (matéria-prima para a pro-

dução de tintas e de fraldas descartáveis) da Basf em Camaçari, Bahia, com investimentos de 500 milhões de euros. Da Braskem, os últimos investimentos em plantas novas foram a fábrica de polietileno verde (produzido a partir de eteno de etanol) no Rio Grande do Sul, inaugurada em 2010 com investimento de R\$ 500 milhões, uma planta de PVC, inaugurada em agosto de 2012 em Alagoas, com investimento de R\$ 1 bilhão e uma planta de butadieno (matéria-prima para pneus) no Rio Grande do Sul, inaugurada em setembro do mesmo ano.

Segue no planejamento da petroquímica do grupo Odebrecht a construção de uma planta de ABS (tipo de plástico de alta resistência usado na indústria automobilística e de eletrodomésticos) em Camaçari, com investimento de US\$ 250 milhões, um produto que atualmente não tem fabricação no Brasil, como acontecia com o ácido acrílico. A planta é um projeto conjunto da Braskem com as multinacionais Styrolution e Ineos,

A petroquímica depende de dois fatores: matéria-prima competitiva e energia competitiva.

Os investimentos não crescem sem esses fatores

Fernando Figueiredo

mas depende de uma solução para o impasse da nafta para que tenha prosseguimento.

“A petroquímica depende de dois fatores: matéria-prima competitiva internacionalmente e energia competitiva. Os investimentos não crescem [no Brasil] pela falta desses dois fatores”, disse o presidente-executivo da Associação Brasileira

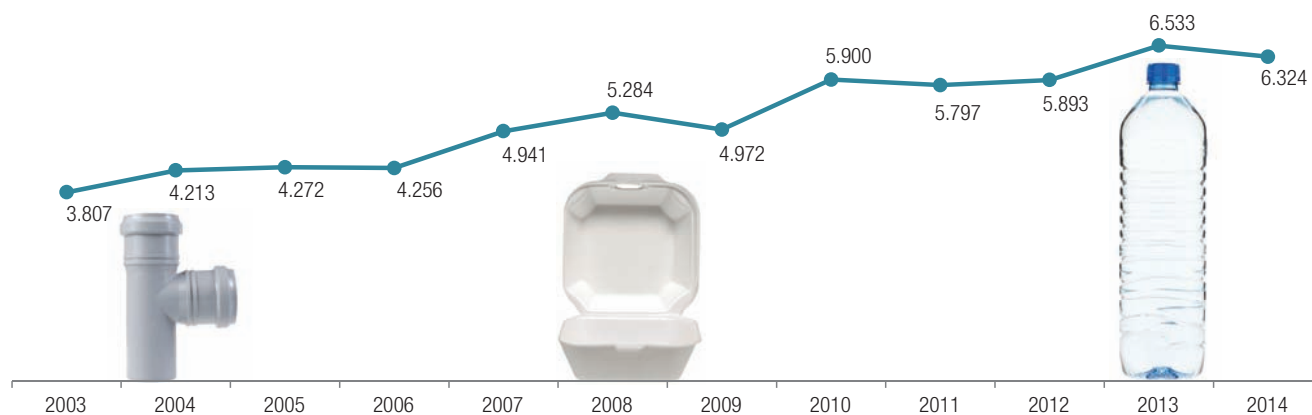
da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo. Segundo o líder empresarial, o mercado brasileiro de petroquímicos cresceu a uma média de 25% acima do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos 20 anos e, por falta de aumento da produção, as importações passaram de 10% do consumo para 35% nos últimos dez anos. “Nossas empresas tomaram a decisão acertada de crescer lá fora”, avaliou.

Para o dirigente da Abiquim, o Brasil, como país produtor de petróleo e de nafta, precisa ter preço de matéria-prima de mercado produtor, como o americano. “Vamos aumentar a produção [de petróleo] aqui. Precisamos ter preço de produtor”, afirmou. Segundo Figueiredo, o presidente mundial da Exxon disse em recente entrevista que o mercado para a nova planta que a empresa colocará em produção nos Estados Unidos em 2017 “é o Brasil”.

Com a disponibilidade de petróleo, de gás, de quartzo (sílica) e com biodiversidade, Figueiredo preconizava

Curva de consumo de resinas é ascendente, apesar de oscilações

Consumo aparente* de resinas termoplásticas** de 2003 a 2014 – em mil/t



Fonte: Abiquim.

*Produção mais importações menos exportações.

**Inclui polietileno, polipropileno, PVC, EVA (espuma vinílica acetinada), poliestireno e PET (poliéster duro para embalagens)

za “um futuro brilhante” para a petroquímica brasileira, desde que os problemas que emperram a chegada desse futuro sejam resolvidos e que as empresas também façam a parte delas, por exemplo, aumentando os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), hoje limitados a 0,7% do PIB, quando a média internacional é de 1,5%.

Para Solange Stumpf, da Maxi-Quim, além de enfrentar os problemas que afetam todo o setor produtivo brasileiro, como a alta carga tributária, a logística precária e o alto custo da energia elétrica, “a petroquímica possui seus problemas intrínsecos ao negócio, entre os quais a forte dependência de uma única matéria-prima, no caso a nafta, é o mais crítico”. Segundo ela, “a baixa diversidade e flexibilidade de matérias-primas são fatores que tornam a indústria ainda mais vulnerável e, consequentemente, pouco atrativa aos investimentos”.

De acordo com a especialista, o Brasil possui “um mercado doméstico robusto e com grande potencial de crescimento no longo prazo”, sendo lamentável “a falta de uma política industrial que estabeleça melhores condições de competitividade à indústria petroquímica”.

Stumpf disse que não se referia a “políticas protecionistas”, mas a uma “visão estratégica por parte do governo no sentido de fomentar o setor como uma das formas de agregar valor à nova oferta de petróleo proveniente de pré-sal”. Ela disse ainda que “a relação da nafta com os demais derivados de petróleo, em especial a gasolina, afeta tanto a sua disponibilidade quanto sua precificação”, e que “a ausência de uma

A relação da nafta com os demais derivados de petróleo, em especial a gasolina, afeta tanto a sua disponibilidade quanto sua precificação

Solange Stumpf

política pública de longo prazo torna o setor extremamente vulnerável a fatores políticos, tendo em vista o controle exercido pelo governo na Petrobras, bem como a fatores inerentes ao próprio negócio, como a alta volatilidade do petróleo”.


BNDES lança programa para agregar valor

Diante do quadro de virtual estagnação no setor petroquímico, o BNDES, principal instituição de fomento do Brasil, decidiu investir no estímulo ao desenvolvimento da indústria química de maior valor agregado. “Mudou o foco do apoio do banco para uma química de maior valor agregado que não dependa tanto de matéria-prima”, disse Gabriel Gomes, chefe do Departamento de Indústria Química do banco estatal.

O novo foco é produto das conclusões do trabalho “Estudo do Potencial de Diversificação da Indústria Química Brasileira”, concluído

no ano passado pelas consultorias Bain Company e GasEnergy, sob encomenda do banco. Com base nas conclusões do trabalho, o BNDES, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência federal mais voltada para financiamento à inovação, elaborou uma primeira política de estímulos, prevista para entrar em operação neste mês de outubro, voltada para seis linhas temáticas: aditivos para alimentação animal, derivados de silício (cadeia do silicone), fibras de carbono e seus compósitos, produtos para exploração e produção de petróleo, insumos químicos para higiene pessoal, perfumaria e cosméticos e produtos químicos de fontes renováveis de matérias-primas.

O estudo das duas consultorias abrangeu 60 segmentos e escolheu 20 com maior potencial de investimentos. Entre eles estão vários subsectores relacionados com a petroquímica que tendem a ser objetos de futuras políticas de estímulo do BNDES, incluindo os derivados de butadieno e isopreno, usados na indústria de pneus, os derivados de aromáticos e os poliuretanos e seus derivados.

Em todas as listas das mudanças que são necessárias para estimular as três cadeias produtivas acima, e várias outras, os técnicos responsáveis pelo estudo destacaram uma: “Utilização da parcela de petróleo e gás da União proveniente do pré-sal para viabilizar investimentos para a produção local de matéria-prima petroquímica”. Essa matéria-prima teria como foco desenvolver os segmentos de maior valor agregado. “O foco do BNDES é estimular novas frentes, até para fortalecer a própria petroquímica”, sintetizou Gomes. 

Novamente, a governança no setor de energia

"It's déjà vu all over again" - Yogi Berra¹

Lavinia Hollanda

Doutora em Economia pela FGV/EPGE e coordenadora de pesquisa da FGV Energia

O anúncio do pedido de licença de Murilo Ferreira da presidência do Conselho de Administração da Petrobras causou espanto e desconforto no mercado. Ferreira assumira a presidência do Conselho em abril de 2015, juntamente com outros conselheiros independentes, no bojo de uma tentativa de sinalização para o mercado de importantes mudanças na governança e gestão da Petrobras. Após a repercussão negativa da demora na divulgação das demonstrações financeiras auditadas para 2014, agravada pelas notícias sobre os casos de corrupção dentro da companhia, credores e acionistas da Petrobras pressionavam por menos interferência e maior transparência em sua gestão, o que se refletiu nos preços das ações e nos títulos de dívida. Para iniciar um processo de recuperação da confiança do mercado, era preciso promover mudanças na alta administração da empresa – em particular, em seu Conselho de Administração.

Após o que pareceu o início de uma nova fase na governança da Petrobras, com a indicação de uma nova diretoria executiva – incluindo uma diretoria dedicada a aprimorar mecanismos de *compliance* e governança – e notícias de uma atuação independente do novo Conselho, a companhia divulgou em 14/9 o afastamento temporário de Ferreira e de seu suplente até 30/11/2015. Ainda que o comunicado oficial não explicitasse a razão do afastamento, notícias no mercado sinalizavam que



este estaria relacionado a atritos entre os conselheiros e a Diretoria Executiva. Com alguma perplexidade e indignação, posteriormente substituídas por desânimo, muitos agentes se perguntavam como poderia um presidente de Conselho pedir afastamento por divergências com o presidente da empresa. Segundo as boas práticas de governança, não seria o contrário? Ou seja, o presidente e a Diretoria da empresa estarem subordinados ao Conselho? Onde já se viu essa inversão de valores de governança?

Infelizmente, sim, já se viu, e foi no Brasil, onde os conceitos de boa

governança e transparência parecem não ser amplamente compreendidos e aplicados, notadamente nas empresas de economia mista. E no próprio setor de energia, em um passado não muito distante.

Isso se deu, por exemplo, quando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) contratou empréstimos no valor de R\$ 11,2 bilhões (abril/2014) para cobrir a exposição das distribuidoras ao mercado de curto prazo, atuando de forma claramente diversa do papel primordial para o qual a CCEE foi criada.² No momento de contratação do primeiro empréstimo, três conselheiros apresentaram sua renúncia. Posteriormente, outros dois empréstimos foram contratados pela CCEE, com a mesma finalidade: R\$ 6,6 bilhões (8/2014) e R\$ 3,4 bilhões (3/2015).

Essa inversão também aconteceu quando a União votou em situação de conflito de interesses na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Eletrobras, manifestando-se a favor da adesão das empresas do grupo Eletrobras à MP 579, matéria de seu próprio interesse. A existência do conflito foi reconhecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em decisão unânime³ de seu Colegiado, em 26/5/2015. Como resultado, a CVM aplicou multa de R\$ 500 mil à União – montante máximo para esse tipo de sanção. Se o valor parece pouco relevante, por outro lado o prece-

dente poderá ser usado para evitar situações semelhantes no futuro.

Ela também é vista, com frequência, quando os agentes do setor confundem seus papéis. Quando a Petrobras atua como planejadora “de fato” do setor de petróleo e gás natural, por força de sua posição dominante, em detrimento do papel de planejador que deveria ser plenamente exercido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ou mesmo quando, em um passado mais remoto, o diretor-geral da agência reguladora do setor de petróleo divulga informações sobre a companhia regulada sobre eventuais descobertas de reservas de petróleo – o que a levou a elaborar resposta ao ofício da CVM pedindo esclarecimentos.⁴ E por aí vai.

A inversão de papéis refletida no pedido de licença do presidente do Conselho de Administração da Petrobras, longe de ser surpreendente, está mais para um *déjà vu*. Fica a constatação de que o processo de reestruturação compulsória pelo qual a Petrobras vem passando não parece ter mudado a visão sobre a necessidade de uma reformulação da governança na companhia. E que, para restaurar a confian-

ça dos investidores, a transparência, a governança e a independência do Conselho devem ser levadas a sério, não deixando lugar para interferências de qualquer ordem, ou por quem quer que seja, na gestão da companhia.

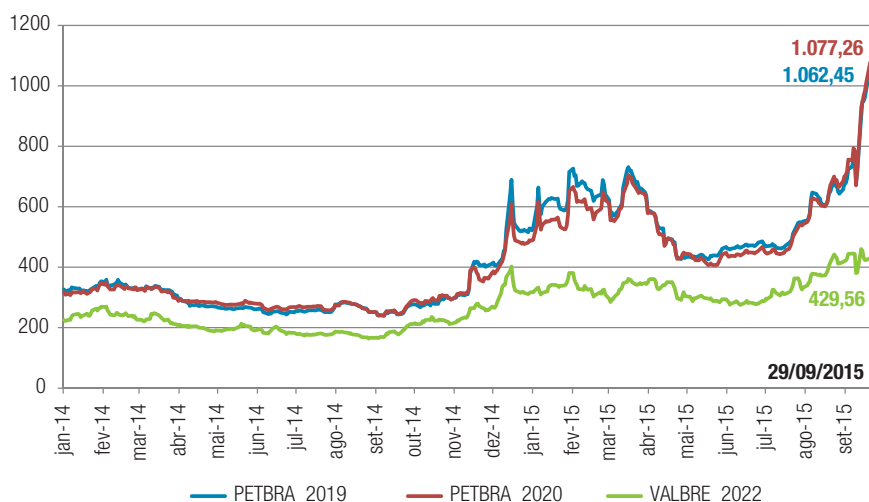
A exposição pública da situação das estatais – em especial, da Petrobras – repercutiu no Congresso Nacional, de onde se originaram três projetos de lei com o propósito de disciplinar sua governança e gestão. O texto final, que consolida os anteriores, encontra-se em tramitação.⁵ Até o momento, há a nítida preocupação em impor às estatais processos formais de governança e gestão que poderão mitigar os riscos de desmandos e abusos. No entanto, como ocorre frequentemente em matéria legislativa no Brasil, quando surge um problema, a resposta vem de soluções também para problemas inexistentes. Em outras palavras, todo o regime da Lei de S.A. que se aplica às estatais e se provou adequado poderá ser substituído por regras desnecessárias, que poderão terminar engessando as empresas de economia mista.

No caso da Petrobras, ainda há esperança de que o afastamento do pre-

sidente do Conselho seja temporário, e que os demais conselheiros tenham resiliência suficiente para continuar atuando de maneira independente, em benefício da empresa. Esse último ponto parece ser a chave para o entendimento do dever de um conselheiro: suas decisões devem ser tomadas sempre visando ao melhor interesse da companhia.

O conflito entre o que é o melhor para a companhia e os interesses mais imediatos de alguns *stakeholders* resume-se ao dilema sobre como equacionar os objetivos de curto e de longo prazo. No caso da Petrobras, os desdobramentos recentes mostram que medidas imediatistas e voltadas para o curto prazo – como o controle de preços de derivados, ou as notícias recentes sobre promoção de funcionários⁶ por desempenho em meio às dificuldades atuais da empresa e do setor – são como saques contra o futuro da companhia, portanto insustentáveis e prejudiciais no longo prazo. ■

Evolução do Spread dos Títulos de Dívida Corporativa Vale e Petrobras*



Fonte: Bloomberg. *PETBRA 7^{7/8} 03/15/2019 Corp; PETBRA 5^{3/4} 01/20/2020 Corp; VALEBR 4^{3/8} 01/11/2022.

¹Lawrence Peter “Yogi” Berra (12/5/1925 – 22/9/2015) foi um lendário jogador de beisebol dos New York Yankees.

²O de “viabilizar a comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados (...), bem como desses com seus consumidores (...), mediante contratação regulada ou livre”. Convenção de Comercialização da CCEE. Disponível em http://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/quem-somos/estrutura_e_pessoas/governanca?_adf.ctrl-state=g29fsmhqi_207&_afLoop=939203842488047.

³Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2013/6635. Disponível em http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/sancionadores/sancionador/anexos/2015/20150526_PAS_RJ20136635.pdf.

⁴Veja em <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/esclarecimentos-sobre-bm-s-9>.

⁵Veja em <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2015/09/18/lei-das-estatais-volta-a-ser-debatida-em-audiencia-publica>.

⁶Disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/4224274/promocoes-funcionarios-criam-mal-estar-na-petrobras>.

A indústria do gás deve crescer

Gustavo Kaercher

Colaborador da FGV/CERI

Joisa Dutra

Diretora do Centro de Regulação
em Infraestrutura (FGV/CERI)

Lívia Amorim

Pesquisadora da FGV/CERI

Diferentemente do que pode sugerir o título, este artigo não fará uma previsão sobre o comportamento da indústria e do consumo do gás natural no Brasil; também não fará uma exortação para que o gás ocupe uma melhor posição na matriz energética nacional, à vista de suas óbvias qualidades. Quer-se aqui apresentar razões pelas quais, infelizmente, não é possível fazer agora essa previsão e essa exortação. Um título menos ambíguo, mas demasiado longo, seria: a indústria do gás natural deve amadurecer regulatória e institucionalmente, em todas as suas etapas, para que possa de fato crescer e ocupar a posição de destaque que merece.

O amadurecimento deveria começar já no nascedouro da indústria, pois a atual orientação é de tratar o gás natural como uma fonte de energia infantil e dependente. Mais precisamente, está na hora de “repensar a relação” entre gás e petróleo, ainda no *upstream*.

O momento enfrentado pelo setor de energia (elétrica), caracterizado por mudanças estruturais nas relações de produção (descentralização) e consumo (novas tecnologias) autoriza revisitar soluções antes tratadas como dogmas, fruto de nossa suposta singularidade – o chamado efeito jacobinista. Embora uma separação de regimes de produção de gás natural seja complexa, senão inexequível, por



inúmeros motivos (o mais evidente deles está em que os dois hidrocarbonetos muitas vezes são encontrados juntos), não parece desarrazoado, em determinados contextos, inverter a lógica atual de vassalagem do gás natural em relação ao petróleo. Em certas hipóteses – p. ex., pesquisa *onshore* em áreas onde se presume encontrar maiores quantidades de gás natural do que de petróleo – por que não estruturar a pesquisa e mesmo a produção de modo a privilegiar e respeitar as exigências e características específicas do hidrocarboneto que se supõe predominante? Apenas a título

de provocação e exemplo: não seria possível e mesmo conveniente aplicar um regime de pesquisa e exploração que aproveitasse elementos jurídicos e econômicos que hoje estão em discussão no âmbito do novo marco da mineração, em particular, aqueles que fomentam um amplo acesso à pesquisa do insumo?

Diante dos pobres resultados obtidos na expansão da malha de transporte com a Lei nº 11.909/2009, sem que nenhum quilômetro de gasoduto tenha sido efetivamente construído sob o novo regime, talvez os tempos estejam também maduros para cogitar um regime economicamente menos pretensioso e burocraticamente mais flexível do que a atual disciplina das outorgas de concessão para o transporte de gás natural. A busca louvável pela segurança do investimento do transportador – materializada no procedimento de chamada pública e de contratação prévia de capacidade – mostrou-se não apenas ineficaz para produzir os resultados esperados como deu origem a um procedimento de contratação complexo, demorado e que ainda acaba por eliminar no nascedouro iniciativas e estratégias empresariais desejáveis (penso na impossibilidade de o transportador assumir o risco de dimensionar o gasoduto, a despeito dos resultados da chamada pública). Não precisamos voltar à singularidade do regime estabelecido pela Lei

nº 9.478/1997, mas não temos que sacrificar oportunidades de expansão da malha no altar da certeza de seu planejamento estrito e asfixiante.

Cabe voltar às origens e sempre se perguntar se o propósito que determinou as escolhas que hoje assistimos de fato produziu os resultados esperados. No segmento de transporte de gás natural, o setor parece também pronto para prestar maior atenção às franjas da malha de gasodutos de transporte. Uma melhor identificação e disciplina dos chamados dutos de transferência, de escoamento da produção, e outros, seria recomendável. Na maioria das vezes, estas franjas não são apenas apêndices puramente coadjuvantes ou ocasionais deste ou daquele empreendimento, mas podem servir a vários agentes e, mais importante ainda, podem assumir função estratégica para garantir a formação de um verdadeiro mercado de gás natural, viabilizando a presença de diferentes ofertantes do produto, coisa que hoje não ocorre. Generalização e forte fiscalização do instituto do livre acesso, juntamente com a especificação de novas atividades de movimentação de gás natural, podem contribuir para isso.

Indo adiante, é importante também revisitar o tema da desverticalização e as esferas possíveis de atuação de grupos empresariais (e não apenas das empresas), ao longo das diferentes etapas da cadeia da indústria, sobretudo no âmbito do carregamento e transporte (mas não só). A matéria possui um tratamento escasso e pouco claro na atual normativa e não faria mal voltar a falar sobre Kevin, para radicalizar a até agora tímida regra de proteção à concorrência.

Finalmente, também não faria mal uma maior clareza acerca das relações


Dutos de transporte podem servir a vários agentes e assumir função estratégica na formação de um verdadeiro mercado de gás natural

e limites entre as atividades que estão na ponta da indústria, as quais ainda se encontram demasiado embaralhadas e que – complicação específica – são os principais atores de um (des) arranjo federativo, caso da distribuição e da comercialização de gás natural (intrassetorial mas, sobretudo, ao consumidor final). Este talvez seja o ponto mais espinhoso do ponto de vista jurídico, por requerer uma sempre difícil articulação da União com todos os estados federados. Mas não há como deixá-lo de fora, pois aí está o ponto de chegada (ou de partida?) da formação de um verdadeiro mercado de gás natural no Brasil.

Por razões de espaço, vamos lidar com a questão em outro artigo, deixando, por aqui, algumas perguntas que nos parecem cruciais: é possível separar em algum grau – como fez o setor elétrico, por exemplo – a distribuição da comercialização de gás natural? Se é possível, quem tem competência para realizar essa tarefa? A União pode, por conta própria,

estabelecer um mercado regulatoriamente homogêneo, ou, ao menos, harmônico de gás natural, de alcance nacional? A figura do consumidor livre – também existente no setor elétrico – é elemento a ser disciplinado pela União, ou por todos e cada um dos estados federados (neste último caso, com o risco nada improvável de termos que conviver com áreas de liberdade e áreas de “cativoiro”, divididas por fronteiras estaduais)? Mais genericamente, qual é a dinâmica adequada para a relação União/ estados na conformação da indústria do gás natural? Não param aqui as perguntas, mas acabou-se o espaço para apresentá-las.

Estas são algumas questões que carecem de tratamento mais refletido, impedindo a previsão otimista e a exortação, acerca do crescimento da indústria do gás no país. É preciso amadurecer para crescer.

Uma observação final, que talvez devesse estar no início destas notas: possivelmente, a melhor receita para crescimento e amadurecimento da indústria do gás esteja na reconfiguração do papel da Petrobras – que atualmente tem presença em todos os segmentos da indústria do gás natural – do nascimento econômico da molécula, por sua descoberta na fase da pesquisa, até a sua morte por consumo. Urge não perder a oportunidade de avaliar a atual situação da companhia em termos estruturais e sob a ótica da indústria do gás natural e do próprio setor elétrico brasileiro. Sua hegemonia incontestável no passado é circunstância que nem de longe recomenda sua continuidade, caso se queira dizer que a indústria desse relevante recurso energético deve crescer. 

Boletim Macro do IBRE. Tudo para você estar bem informado sobre a economia.



*Estatísticas, projeções, análises
e toda a visão estratégica do IBRE
sobre o cenário macroeconômico brasileiro.*

*Uma verdadeira radiografia mensal
com indicadores que retratam
a economia do país. Disponível para
você se informar, do jeito que preferir,
inclusive por vídeo. Todo mês,
de graça, onde você estiver.*



Nova China, velhos desafios

Mudança do padrão de crescimento da segunda maior economia do mundo evidencia os problemas estruturais que o Brasil deverá mitigar para ganhar espaço nesse mercado

Solange Monteiro, *Rio de Janeiro*

Nos últimos meses, a China entrou no radar global devido à instabilidade do mercado acionário e à desvalorização do renminbi. Analistas passaram a identificar as intervenções do governo na economia do país como um sinal de que o caminho da China para alcançar o *status* de economia plena de mercado e transformar sua moeda em divisa internacional poderia não estar tão claro quanto se imaginava – algo ainda distante de significar a liderança de um processo recessivo mundial, mas suficiente para contaminar as perspectivas de risco das economias mais dependentes do país.

Em artigo da *Conjuntura Econômica* de setembro, Lia Valls, pesquisadora da Economia Aplicada da FGV/IBRE, analisou o peso desse cenário para a economia brasileira. Ela lembrou que, apesar de o coeficiente de exportação do Brasil ser muito baixo, de 10% do PIB, com as exportações para a China representando 1,7% do PIB, a dependência brasileira da demanda chinesa por bens primários foi crescente, superando a de países como Peru e Colômbia, e que o fim do ciclo

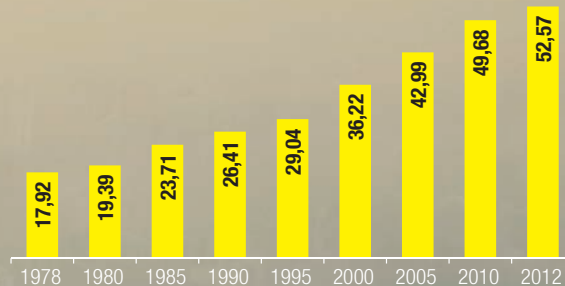
de alta dos preços das *commodities* expôs problemas estruturais que ficaram mascarados pela riqueza acumulada nesse período de bonança.

Para provocar um novo impulso superavitário com uma economia em pleno processo de transição, o Brasil deverá aprimorar o foco que guiou esse intercâmbio comercial até agora. “Apesar da importância da demanda chinesa por *commodities*, o país precisa pensar suas estratégias mirando uma China que, nesse caminho ao novo normal de crescimento, já é outra”, diz Livio Ribeiro, pesquisador da Economia Aplicada da FGV/IBRE. A China a que Ribeiro se refere é a que já supera os 50% em urbanização, contra 20% nos anos 1980. É um país em que o setor terciário já domina a economia – em 2014, representou 48,2% do PIB, contra 42,6% do setor secundário. Ainda que esteja longe do nível de países como o Brasil, onde os serviços representam 70% do PIB, essa evolução também é acompanhada de aumento significativo de renda, estimulando um novo padrão de consumo. “No ano passado, o consumo das famílias já deu sinais de crescimento, em detrimento a uma desaceleração do investimento”, diz Ribeiro.

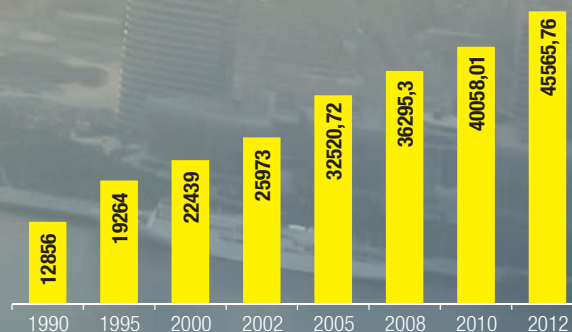
Sob esse contexto, os desafios brasileiros se multiplicam e vão de coordenar políticas comerciais para posicionar o país como fornecedor de produtos primários de maior valor agregado, adotando uma postura mais atuante na abertura de setores protegidos, a combater problemas estruturais de competitividade da indústria para diversificar a pauta exportadora. “A China que se transforma é uma economia menos dependente da produção e exportação de produtos industriais convencionais e migra para outros mais elaborados, que demandam serviços igualmente sofisticados. Buscam segmentos com alto poder de geração de valor, e procurarão parceiros que apontem nessa mesma direção”, diz Jorge Arbache, economista da Universidade Federal de Brasília (UnB).

Esse giro, entretanto, não será radical. A falta de água e de terra agricultável para atender à demanda manterá o país dependente da oferta de alimentos vinda do exterior. Cálculos do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos (USDA) apontam que a demanda de importação de soja da China deverá crescer 40,8% até 2024. No caso do minério de ferro, estimativas de bancos apontam a um aumento anual da demanda chinesa de 1,2% entre 2015 e 2019. “Os preços não são tão altos quanto no passado, a demanda não crescerá

Taxa de urbanização da China (%) ao longo dos anos



Áreas urbanizadas da China (km²) ao longo dos anos



Fonte: Yuan Ren, Wei Tang e Yang Xu com dados do *Anuário estatístico da China* 2003, 2013.

tanto, mas as oportunidades não desaparecerão”, diz Roberto Castello Branco, pesquisador da FGV Crescimento e Desenvolvimento. Esse processo, entretanto, de transição chinesa, com períodos de instabilidade, cobrará que o Brasil se empenhe em mitigar os entraves estruturais que limitem o potencial de expansão de novas demandas

que impulsionem favoravelmente o comércio com a segunda maior economia do mundo.

Escala de valor

Um dos setores brasileiros que já têm se beneficiado desse giro chinês de produtos de higiene pessoal. Análise do Conselho Empresarial

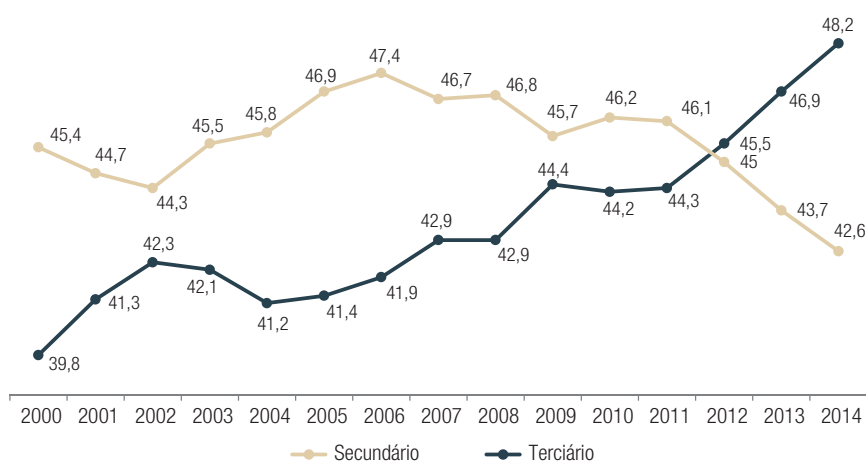
Brasil-China aponta que esse movimento já vinha sendo sinalizado há alguns anos. De 2008 a 2012, a demanda geral de importação de celulose cresceu 75% na China, passando a representar 65% do total daquele mercado. Nos últimos meses, entretanto, essa arrancada tem sido mais intensa. Dados da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) apontam que, de janeiro a agosto de 2015, somente as exportações brasileiras à China cresceram 9,6% em relação ao mesmo período do ano passado, atrás apenas dos envios à América Latina, e acima do aumento da produção, de 5,1% nesse intervalo. As variáveis relacionadas ao mercado externo, que incluem o câmbio, têm feito da indústria de celulose ponto fora da curva dentro do setor produtivo brasileiro. Levantamento recente divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que o faturamento real desse setor no acumulado de janeiro a agosto subiu 7,7%, contra uma retração de 6,6% no geral do setor de transformação. Outro reflexo desse movimento é que, no período de 12 meses até agosto, as grandes companhias de celulose – Fibria, Suzano e Klabin – lideraram as valorizações acima do índice Ibovespa.

Há pelo menos dez anos a celulose tem se mantido como quarto produto brasileiro mais exportado para a China. Em valores comercializados, entretanto, esteve pelo menos dez vezes atrás dos dois primeiros lugares, minério de ferro e soja, e também muito distante do petróleo, terceiro principal produto vendido ao país asiático. O novo impulso verificado nos últimos anos tem alimentado os planos não

China – Transição do modelo econômico e desaceleração

Iniciada, ao menos desde 2013

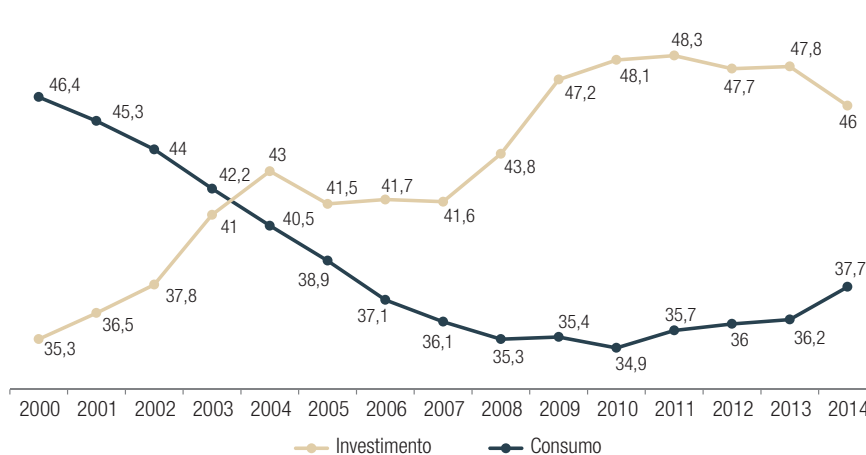
Setor secundário vs. terciário (% PIB)



Fonte: NBS.

Desaceleração mais pronunciada do investimento em detrimento de elevação do consumo

Investimentos vs. consumo das famílias (% PIB)



Fonte: NBS e Chang, Chen, Wagoon e Zha (2015).

Foto: Divulgação

apenas de grandes corporações como também de novas empresas, como a Eldorado Brasil. Criada em 2012 no Mato Grosso do Sul, nasceu focada no mercado exportador, que representa 90% de suas vendas. “Desse volume, 39% têm a Ásia como destino, principalmente a China”, conta Luis Felli, diretor de operações comerciais da Eldorado. “E achamos que vai crescer, já que a urbanização tem se convertido em aumento de demanda por produtos do segmento *tissue* – papel higiênico, toalhas descartáveis, guardanapos – além do de embalagens”, reforça. Tais expectativas levaram a Eldorado a investir em sua segunda linha de produção, com início de operação estimado para 2018. A nova linha terá capacidade maior – 2 milhões de toneladas ao ano, frente à atual, de 1,7 milhão. “Esperamos que entre 40% e 50% dessa produção seja destinada à China”, diz Felli. O investimento total é de R\$ 8 bilhões, financiados entre *equity*, linhas de crédito dos países fornecedores de equipamento e o BNDES. O executivo ressalta que o Brasil tem as características mais favoráveis possíveis para a produção de celulose, “com o ciclo de floresta de eucalipto mais curto do mundo, de seis a sete anos”. O grande desafio de competitividade, entretanto, fica fora da planta. “Como no restante do agronegócio brasileiro, nosso problema se encontra na competitividade logística. Com nossa produção concentrada no cerrado, estamos distantes do mercado de consumo. Precisamos facilitar a chegada aos portos”, diz.

Outro segmento promissor que já vem colhendo os frutos dessa transformação é o setor de carnes. Em abril deste ano, a assinatura de um novo



As exportações brasileiras de celulose para a China cresceram **9,6%** de janeiro a agosto deste ano em comparação ao mesmo período de 2014. Esse aumento da demanda alimenta planos de expansão como os da empresa Eldorado.

acordo fitossanitário derrubou o embargo chinês à carne bovina brasileira, vigente desde o final de 2012, devido a um foco de vaca louca. As exportações dos oito frigoríficos que já tinham autorização para vender ao país foram retomadas em meados de junho. “A partir de então, temos exportado em torno de 15 mil toneladas por mês, que é a média que esperamos manter até o final do ano”, diz Fernando Sampaio, diretor da Associação Brasileira

das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec). Esse valor mensal aproxima-se do total que o Brasil tinha embarcado à China em 2012 até o embargo. “Naquele momento, somamos apenas 17 mil toneladas, e ainda assim foi maior do que todo o histórico anterior. Tínhamos começado a acelerar, e logo veio o embargo, que interrompeu o processo de conhecer clientes, fixar marca nas gôndolas dos supermercados”, lamenta Sampaio.

Reflexo da demanda

Variação acumulada de setores industriais do Ibovespa – 12 meses até agosto (%)

Papel e celulose	103,2
Alimentos, bebidas e fumo	28,3
Indústria química	16
Outros equipamentos de transporte	4,4
Serviços financeiros não bancos	-10,1
Ibovespa	-20,5

Fonte: Bloomberg.

Agora, outros nove frigoríficos esperam a liberação para vender à China, ainda pendentes de que as plantas se adequem às observações feitas por autoridades chinesas que fiscalizaram suas operações em junho, além de outra ampla lista dos que iniciaram seu processo de habilitação, cujas visitas de fiscalização ainda não têm prazo para acontecer. Atualmente, dados oficiais indicam que a China importa pouco mais de 300 mil toneladas por ano de carne bovina. Estimativas de mercado, entretanto, apontam volumes três vezes maiores. Sampaio ressalta que na China há mercado para todos os cortes e *brandings* – carne ingrediente, usada no preparo de algum prato pronto, carne culinária, usada no dia a dia, que se encontra nos supermercados, e a *gourmet*, oferecida em churrascarias e *steak houses*. E que é possível conseguir margens maiores em produtos culturalmente mais bem aceitos, como o músculo. “Mesmo sendo uma das partes mais baratas, lá eles a usam com muita frequência, misturada com arroz ou macarrão. Tem um mercado imen-

A China que se transforma é menos dependente da produção e exportação de produtos industriais convencionais e migra para outros mais elaborados

Jorge Arbache

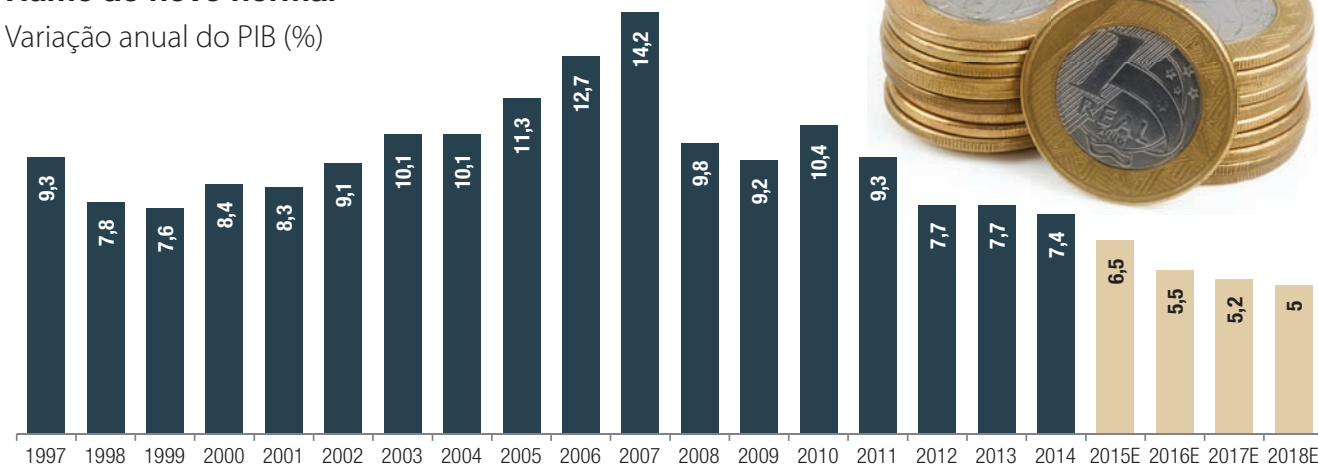
so, onde a tonelada custa mil dólares mais caro do que vendemos em Hong Kong”, exemplifica. O desafio, agora, é retomar a construção de parcerias com distribuidores, varejo e processadores.

No caso da carne de frango, a abertura do mercado chinês se deu em 2009, depois de um processo de negociação que levou seis anos, como lembra Francisco Turra, presidente da Associação Brasileira de

Proteína Animal (ABPA). “Embarcamos 18 mil toneladas no primeiro ano, 120 mil no segundo, e para este ano esperamos crescer pelo menos 30% em relação a 2014, fechando em 360 mil a 400 mil toneladas.” O executivo explica que os chineses estão habituados a consumir extremidades de frango, asas e garras. “Ainda estamos analisando como podemos oferecer um produto de maior valor agregado a partir dessas preferências”, diz. Uma das empresas mais envolvidas na tarefa de reconhecimento do mercado asiático é a Brasil Foods. Marcos Jank, vice-presidente de Assuntos Corporativos e Desenvolvimento de Negócios da BRF Ásia, destaca que os desafios de entrada nos países da região em geral ainda são muito voltados à questão de acesso. “No caso da China, eles se concentram exatamente no processo de aprovação de plantas, da fase dos acordos sanitários a missões de fiscalização que podem demorar anos para serem concluídas. Na Índia, as barreiras são tarifas elevadíssimas, de 30% a 100%. E a Indonésia literal-

Rumo ao novo normal

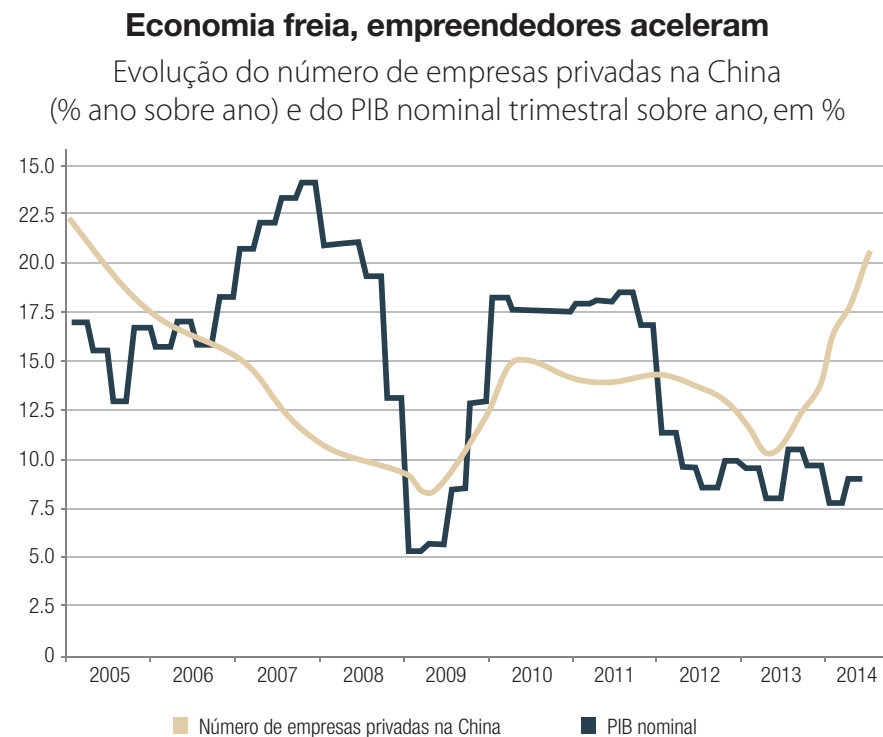
Varição anual do PIB (%)



Estimativas. Fonte: Bloomberg.

mente proíbe a entrada de frango. Por isso ainda é difícil transitar na cadeia para produtos de maior valor agregado que de soja para ração”, afirma, destacando que a migração da venda da soja para a carne incrementa o valor das exportações entre quatro e dez vezes. Um dos movimentos mais recentes da empresa na Ásia foi a compra de participação de empresa em Cingapura (Singapore Food Industries), subsidiária da maior prestadora de serviços de *catering* em aeroportos da Ásia, o que lhe deu acesso a instalações de processamento, centro de distribuição e licenças de uso de marcas. “Com essa *joint venture*, processaremos carnes brasileiras para atender a diversos canais no mercado local além dos serviços aéreos”, diz Jank, indicando a meta de repetir alguns dos passos da companhia no Oriente Médio, onde a marca Sadia já está presente.

Para executivos do setor, um dos principais fatores que afetam seus negócios na China é a falta de uma política comercial focada em mitigar a lentidão dos processos de negociação. “Há alguns anos os chineses declararam que precisavam da produção de frango de mais 40 plantas. Conseguimos liberar mais cinco, quando na verdade poderíamos oferecer mais 50. Bastaria permanecer em cima, cobrando rapidez nas habilitações”, diz Turra. Sampaio, da Abiec, também diagnostica demora na regularização das exportações brasileiras para o país. “Desde o embargo tivemos um ministro por ano, e aí trocam secretários, e o processo é complicado, pois implica envio de documentos, traduções e monitoramento”, diz. Todos reconhecem, en-



Fonte: SAIC, Gavekal Data/Macrobond.

tretanto, os esforços da ministra Katia Abreu para reverter esse quadro. “Acompanhei uma missão recente da ministra ao Japão em que ela ressaltou a conscientização de que se precisa adicionar valor no agronegócio”, diz Jank. “Ela pretende vir ao sudeste asiático até o final do ano, com a mensagem da integração de cadeias de valor”, diz. Jank destaca que, enquanto em segmentos como o eletrônico já existe uma forte cadeia produtiva regional asiática, no agronegócio esses elos ainda são primitivos. “O comércio intrarregional entre determinados países da Ásia já representa 60% do comércio total, devido à forte integração de cadeias produtivas. No caso do agro, como existem muitas barreiras ao comércio, é difícil integrar internacionalmente, pois um país abre para certo produto mas não para outros da cadeia de valor. Hoje nossa grande

percepção é de que essa briga precisa ser comprada, tanto quanto a de impulsionar os investimentos em logística no Brasil”, diz.

Outro ponto de destaque para os especialistas é a falta de acordos comerciais com a China. “A Austrália, nossa forte concorrente, tem acordo e por isso ganha cotas com tarifas diferenciadas, enquanto o Mercosul tem se mostrado ineficiente em concluir qualquer acordo”, diz Sampaio. “Se somarmos essa desvantagem aos problemas logísticos, burocráticos, tributários, veremos que ainda há muito por fazer pela competitividade do produto brasileiro”, afirma.

Mais tecnologia

Aumento de renda e mais infraestrutura também abriram espaço ao transporte regional chinês e a empresas como a Embraer, que produz

no país desde 2002 através de uma *joint venture* com a estatal Avic II, a Harbin Embraer. Em meados de setembro, durante exposição do setor de aviação em Pequim, a companhia divulgou um panorama de mercado no qual prevê que nos próximos 20 anos a China demandará 1.020 jatos comerciais no segmento entre 70 e 130 assentos. Isso significa uma concentração de 16% da demanda mundial para o período, de 6.350 unidades. Atualmente, a brasileira detém 80% de participação do mercado de aeronaves desse porte no país. “Prendemos aumentar a participação na China por entender que esse será o principal mercado da aviação mundial no curto prazo, abrigan-do inúmeras oportunidades para os produtos em que a companhia é líder”, disse a empresa à *Conjuntura*

Os preços do minério não são tão altos quanto no passado, a demanda não crescerá tanto, mas as oportunidades com a China não desaparecerão

Roberto Castello Branco

Econômica. Nos últimos três anos, a China representou cerca de 8%, em média, do faturamento anual da Embraer, que em 2014 foi de US\$ 6,29 bilhões. Hoje a brasileira

contabiliza 130 aeronaves comerciais no país distribuídas entre oito operadores – 75 Jets do modelo E190 e 55 do E145. Já na carteira de pedidos firmes (*backlog*), estão sete jatos E190 para a Colorful Guizhou Airlines, dois do mesmo modelo para a Heibei Airlines e 20 jatos E195 para a Hainan Airlines. Na carteira de pedidos firmes da nova geração de jatos comerciais – os E-Jets E2, que oferecem economia de combustível, menos ruído e emissões e menor custo de manutenção – estão outras 12 unidades, todos modelo E190-E2, programados para entrar em serviço no primeiro semestre de 2018.

Pensar em mercado também é pensar em como lidar com entraves, que no caso chinês podem aumentar na medida da agregação de valor dos produtos. Hoje a Embraer se beneficia não apenas por ser exemplo de competitividade entre empresas brasileiras de alta tecnologia, como por já ter desenhado sua própria curva de aprendizagem de como fazer negócios na China. Em estudo de caso de coautoria de Sergio Lazzarini, o professor do Insper lembra que a empresa só conseguiu concretizar vendas ao se associar com empresa local para fabricação no país. Antes, através do escritório de representação inaugurado em 2000, chegou a fechar cinco vendas, 30 pedidos firmes e 15 opções sem, entretanto, concluir o processo de exportação. Lazzarini lembra que entre receber os pedidos e as datas de entrega, o governo chinês aumentou tarifas sobre as importações de jatos de pequeno porte de 7,1% para 22,9%, e que o encarecimento do produto fez com que os chineses voltassem atrás

Foto: Divulgação



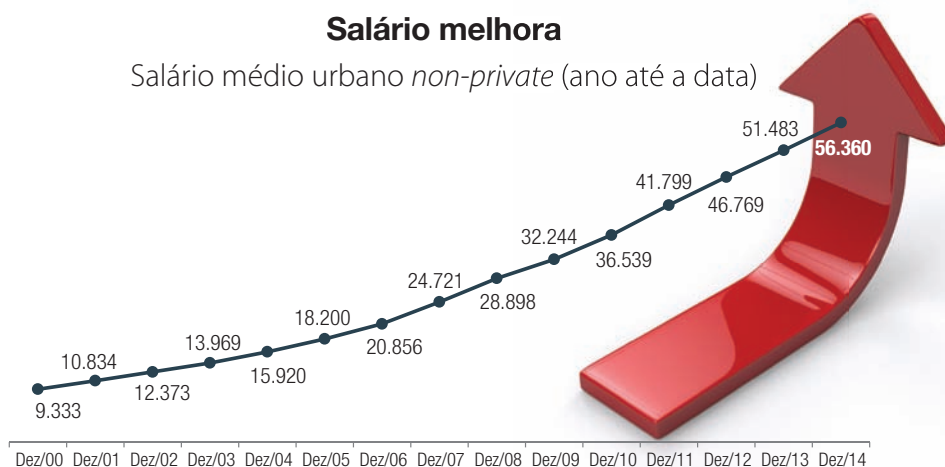
Hoje a Embraer conta com **130** aeronaves comerciais voando na China, entre as quais o E145, da foto. Na carteira de pedidos firmes, conta com mais **29** aeronaves, entre jatos E190 e E195, além de **12** jatos comerciais da nova geração.

em suas encomendas. Esse foi um fator decisivo para a companhia, que já estava negociando a formação de uma *joint venture* no país.

Algo semelhante aconteceu recentemente com a empresa paulista Fanem, de produtos de neonatologia, como incubadoras, que exporta a 118 países. O mercado da China entrou no radar da Fanem em 2009, quando a empresa passou a considerar o estabelecimento de uma fábrica no exterior. Nesse momento, as alternativas eram China e Índia, vencendo esta última, devido à taxa de natalidade ser muito maior do que a chinesa. “Por mais que a população da China seja gigantesca, era difícil competir com a estatística de nascimentos indiana de 56 bebês por minuto”, diz José Flosi, gerente-geral de exportações da Fanem. Com a flexibilização da lei do filho único e a perspectiva de ampliação dos serviços de saúde, a Fanem decidiu retomar o foco na China e se candidatar a exportador. Segundo Flosi, no final de 2013 deram início ao processo de registro dos equipamentos. “Quando entramos na fase final de certificação, há cerca de dois meses, recebemos a informação do nosso representante de que as taxas de registro tinham sido quadruplicadas”, disse, o que paralisou o processo. O foco da Fanem era explorar a expansão do mercado privado de saúde no país. “Estariamos junto a outros concorrentes estrangeiros, pois no setor público são as chinesas que dominam”, afirma. Com a valorização do dólar, que impacta os preços de insumos, e o aumento dos salários, a competitividade do produto chinês se reduziu, abrindo espaço para

Salário melhora

Salário médio urbano *non-private* (ano até a data)



Fonte: FGV/IBRE.

a concorrência em segmentos menos monitorados pelo governo.

Segundo a fabricante de carrocerias de ônibus Marcopolo, somente de janeiro a agosto deste ano os salários tiveram reajuste médio de 10%, “chegando a até 15% para empresas instaladas na costa

leste”, diz Ruben Bisi, diretor de Operações Internacionais da Marcopolo. Bisi classifica essa mudança conjuntural como as duas faces de uma mesma moeda: se de um lado encarece a operação da companhia em Changzhou, de onde saem cerca de 300 ônibus de luxo

Foto: Divulgação



Mesmo exportando incubadoras a outros **118** países, a Fanem ainda não chegou à China. O processo para entrada nesse mercado se encontra paralisado depois de o país ter quadruplicado o valor da taxa de registro de produto.

Foto: Divulgação



Para a Marcopolo, a operação chinesa se limita a ser base de exportações a países vizinhos. A exigência de associação a uma empresa local para explorar o mercado doméstico não interessa à empresa brasileira.

por ano, de outro, reduz a competitividade da indústria chinesa em mercados fora do país. O executivo conta que durante muitos anos os chineses chegavam na América do Sul com produtos similares aos da empresa, mas preços 30% menores; no Oriente Médio, essa vantagem

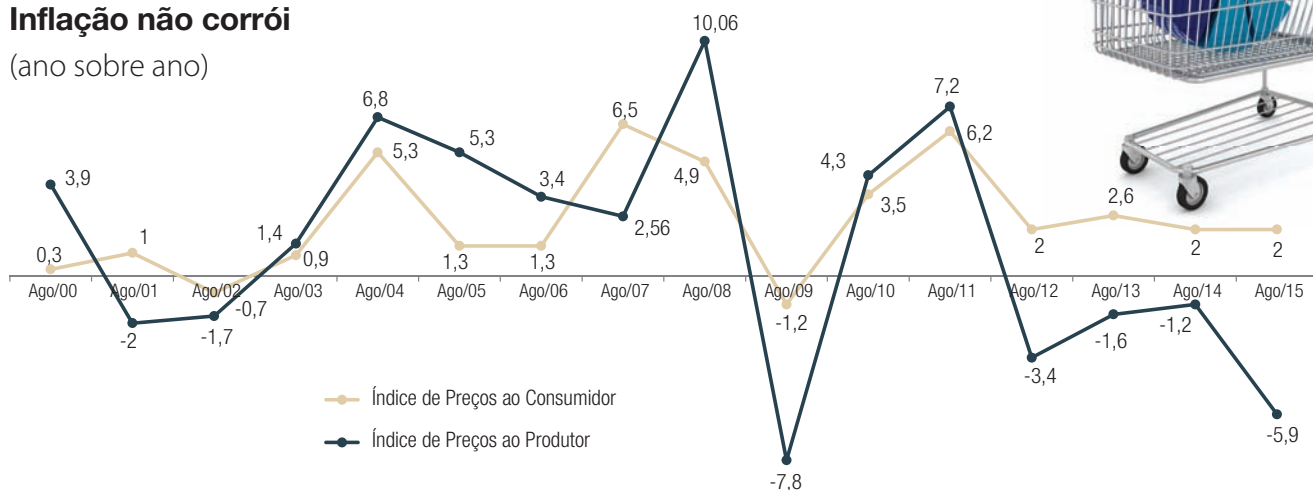
chegava a 35%. Agora, com a China registrando custos mais altos e moeda menos desvalorizada do que a brasileira, a Marcopolo está recuperando competitividade nessas regiões, com produtos embarcados diretamente do Brasil. “Para se ter uma ideia, de janeiro a agosto do

ano passado, os chineses venderam 22 mil ônibus na América do Sul; este ano, foram 7 mil”, compara. O executivo lembra que esses números não contemplam o Brasil. “Aqui eles bancaram o ingresso de ônibus elétricos, pagando imposto de 35%, sem financiamento pelo Finame, já que não obedecem à regra do Inovar Auto de 60% de conteúdo local, o que não propicia condições de avanço”, diz.

A companhia gaúcha tem fábricas em oito países. Em geral, a empresa exporta carrocerias em formato pkd (*partial knock down*) de uma fábrica a outra para serem montados mais próximos do destino. Entretanto, a planta chinesa é dedicada apenas à exportação, já que o mercado local ainda é fechado para a Marcopolo. “Não queremos nos associar com empresas locais, pois entre os que o fizeram houve problemas de gestão e com exposição de tecnologia”, diz Bisi. “Mas o maior impedimento para nós é o volume de investimentos obrigatório por lei para ser considerado empre-

Inflação não corrói

(ano sobre ano)



Fonte: FGV/IBRE.



sa automotiva na China, de cerca de 220 milhões de euros. Não faz sentido, se consigo montar uma fábrica com 30, 40 milhões de euros”, afirma. O executivo conta que existem movimentos dentro do mercado chinês visando flexibilizar essa lei. “Tivemos vários eventos com autoridades chinesas dizendo que a lei deverá mudar. O que faz sentido, já que todos os fabricantes internacionais do setor automotivo estão na China, e a indústria chinesa também já desenvolveu sua tecnologia e ganhou mercado fora. Não precisam de proteção, barreiras não alfandegárias como societária, de investimento e registro”, diz. Mesmo assim, o executivo não é otimista com a mudança de *status* da Marcopolo na China. “É um mercado que parece grande – de 120 mil unidades, contra 30 mil do Brasil – mas são poucas as empresas chinesas que conseguem vender para todo o país. Os governos locais também se protegem e querem consumir coisas produzidas com mão de obra local.”

O executivo destaca que, para a Marcopolo, um dos fatores-chave para o acesso a mercados, independentemente da China, é o acesso a linhas de financiamento. “Precisamos que o BNDES continue apoiando as vendas. Hoje o governo está com problemas de caixa, mas se mantiver o financiamento de bens de capital poderá ter na exportação um viés para sair da crise”, defende. Ele destaca que concorrentes de países escandinavos como Volvo e Scania saem na frente por conseguirem financiamento a custo baixo. “Diferentemente do Brasil, esses países já resolveram suas deman-

A maior urbanização da China tem aumentado a demanda por produtos do segmento tissue; papel higiênico, toalhas descartáveis, guardanapos

Luis Felli

das de investimento em infraestrutura, dando mais espaço para o financiamento de bancos e estados.” Para a Fanem, esse esforço tem de ser incluído em uma linha de ação clara de apoio ao exportador. “Dou um exemplo. Tínhamos um grande mercado no Irã, mas não conseguimos mais exportar ao país porque não temos como receber pelas vendas. Devido ao embargo americano, o dinheiro não chega ao Brasil ou, quando chega, não é trocado para fazer câmbio”, conta Flosi. “Em setembro tivemos a grata surpresa do anúncio de uma missão do ministério (MDIC) ao Irã para eliminar essa barreira. Mas são casos em que dependemos totalmente do governo ou dos bancos governamentais para agir”, afirma.

Visão de longo prazo

Os casos dessas empresas que já testaram o mercado chinês reiteram o diagnóstico de especialistas de que, para brigar por mercados

em uma nova China em formação, que enfrenta seus próprios dilemas de passagem de uma economia estatizada para outra de mercado, o Brasil precisará atacar seus próprios velhos problemas que afetam sua competitividade no mercado externo como um todo. “Em vários aspectos, tropeçamos na falta de visão de longo prazo e de estratégia de inserção do Brasil na economia mundial”, diz Jorge Arbache, economista da Universidade Federal de Brasília (UnB).

Entre eles, investir disciplinadamente em agregação de valor de seus produtos, começando pelas *commodities* até agora mais visadas – algo que, admitem especialistas, não foi privilegiado na época da bonança de preços. “Em política comercial, sempre fomos bem na área defensiva, mas no ataque ainda deixamos a desejar”, diz o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócios da FGV. “Os ministros Armando Monteiro e Katia Abreu estão empenhados muito objetivamente nesse avanço”, afirma, reiterando, entretanto, que esse processo poderia ter começado antes. “Para o caso da soja, tenho proposto sempre uma negociação na seguinte direção: este ano se compra 100% em grãos; no outro, 95% de grãos e 5% de farelo; no seguinte uma proporção 90/10; depois 85% grãos, 10% de farelo e 5% de frango, em um mecanismo de avanço gradual que não crie desgaste e nos permita preparar com tempo a indústria de transformação”, diz.

Roberto Castello Branco, ex-diretor da Vale, pesquisador da FGV

Crescimento e Desenvolvimento, soma a essa lista um exemplo do setor de minério de ferro, quando em 2006 a China ameaçou limitar os preços que as siderúrgicas pagariam por esse insumo. “Nesse momento, quem saiu defendendo a liberdade desse mercado foi o segundo maior exportador, a Austrália, chamando o embaixador chinês para prestar esclarecimento. Enquanto o Brasil, que ocupava o primeiro lugar, não fez nada”, diz. O economista resalta que o Brasil tem condições de negociar mais vantagens, desde que se organize para isso. “É um vício de longa data de nossa diplomacia que não dá foco aos aspectos comerciais. Temos que mudar, e isso envolve planejamento”, afirma.

Castello Branco também defende que as tarefas pendentes do setor comercial têm que ser colocadas em dia juntamente com os fatores estruturais macro e microeconômicos que influenciam na competitividade das exportações brasileiras, cuja deficiência já não pode ser mascarada pelas vantagens de termos de troca.

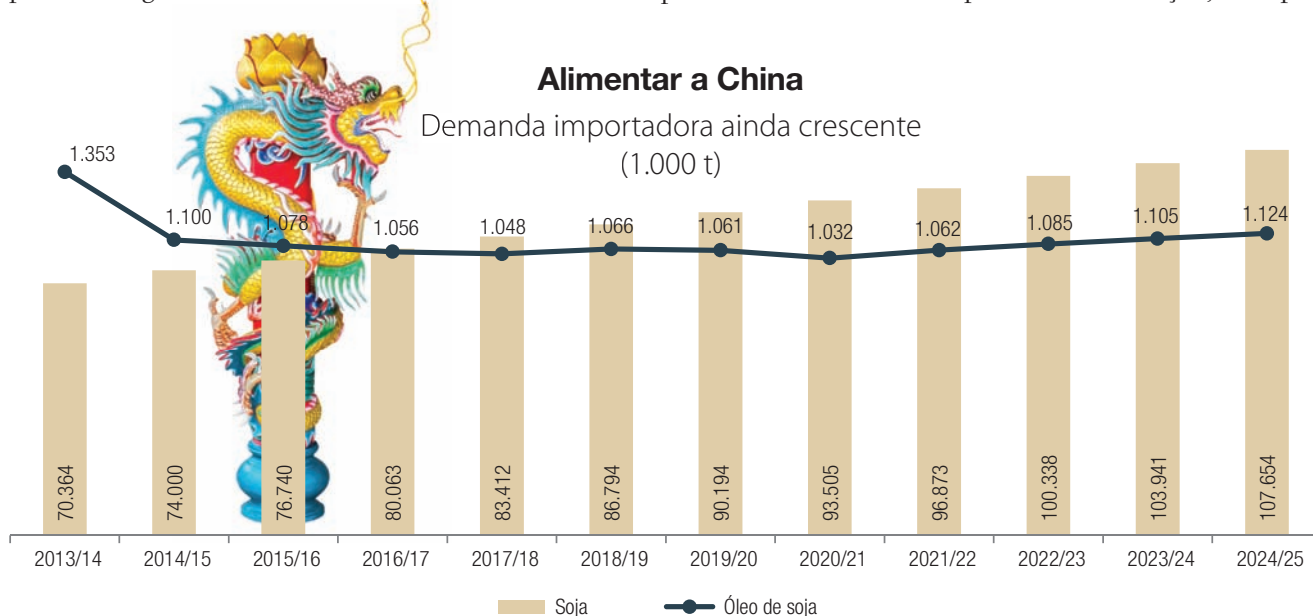
Em política comercial, sempre fomos bem na área defensiva, mas no ataque ainda deixamos muito a desejar a desejar em termos de inserção

Roberto Rodrigues

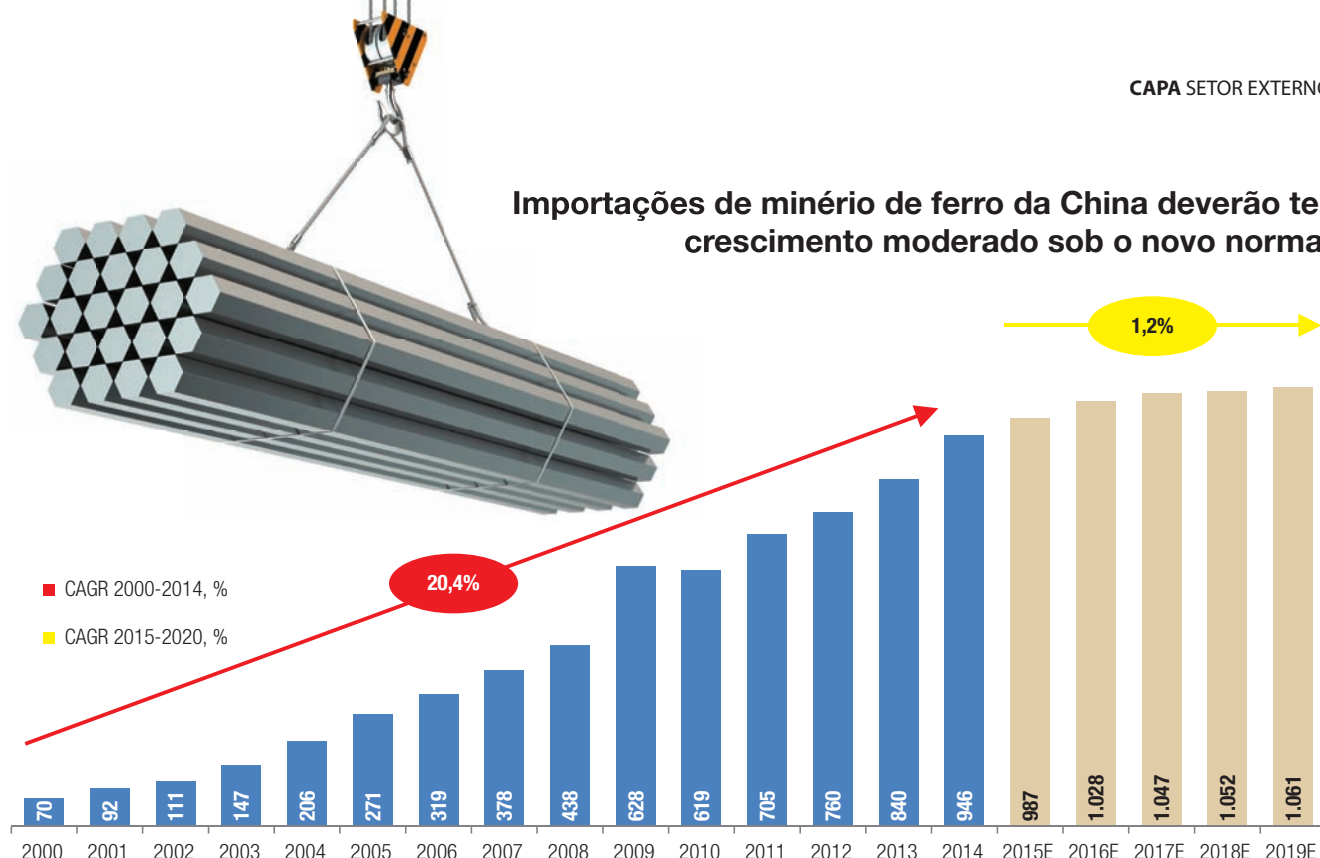
“Deixamos de explorar todo o potencial que tínhamos nos melhores momentos desse *boom*, por exemplo, porque as complicações com o sistema de licenciamento ambiental fizeram com que os projetos de expansão de capacidade na Serra Sul, no complexo de Carajás, fossem atrasados em quatro anos”, diz. Ele lembra que, até 2007, o Brasil era o maior exportador mundial

de minério de ferro, quando perdeu o posto para a Austrália. “Em 2014, enquanto esse país exportou o equivalente a 630 milhões de toneladas, o Brasil vendeu somente 330 milhões. Isso significa que, de 2007 para cá, ficamos atrás em 300 milhões de toneladas, mesmo tendo potencial e tecnologia para crescer”, diz. Agora, esse mesmo projeto, que adicionará 90 milhões de toneladas na oferta global de minério de ferro, deverá ter seu avanço controlado pela Vale devido ao declínio dos preços, que somente este ano já acumula 21%.

Para os economistas, esses eventos devem servir como lição para o encaminhamento da estratégia exportadora brasileira, juntamente a fatores como o câmbio e longa lista do custo Brasil. E que, na opinião de Arbache, ainda assim terá pernas curtas para ampliar o valor agregado das vendas à China além dos setores relacionados a recursos naturais. “Desenhemos um modelo produtivo no Brasil que, para ganhar dinheiro, não precisou de inovação, de capital



Importações de minério de ferro da China deverão ter crescimento moderado sob o novo normal



■ Estimativas – Média bancária (Macquarie, Citi, BTGPactual, UBS, Morgan Stanley, Clarkson) e institutos de pesquisas (CRU). Fonte: China Customs.

humano preparado, de sofisticação. Tampouco de internacionalização de empresas e interação com o exterior”, diz. “Em contrapartida, os chineses criaram políticas incisivas para a atração de capital estrangeiro, aprenderam com empresas americanas, japonesas e europeias, até que se tornaram independentes. Hoje concentram tecnologia espacial, médica, têm supercomputadores. Para o Brasil explorar oportunidades nesse mercado, terá que entrar com alguma coisa. E o que temos, a gente conta nos dedos, não dá nem pra gente”, afirma.

Para Arbache, uma das oportunidades importantes que se abrem para o Brasil é aproveitar a nova onda de investimentos estrangeiros chineses. “Cada vez mais trabalhamos com um horizonte de curtíssimo prazo, que implica atrair capital estrangeiro visando ao resultado da balança de pagamentos,

e talvez nos esqueçamos que podemos aprender muito com eles em áreas como infraestrutura logística, até em energia, com a tecnologia de *smart grid*”, cita. Depois de duas primeiras ondas – a primeira focada em *commodities*, e a segunda em bens de consumo – a China tem passado por outra fase agressiva de investimentos no exterior, “até como diversificação da aplicação de reservas internacionais, concentradas em títulos do governo americano”, lembra Castello Branco, muito mais ampla. O pesquisador da FGV ressalta, entretanto, que para tirar proveito do apetite chinês é preciso acabar com a propensão de achar que, devido a seu excesso de capital, os asiáticos investirão em qualquer projeto. “As coisas não funcionam assim. Temos que criar condições atrativas e mostrar que podemos ser bons parceiros”, afirma, lembrando que os

US\$ 53 bilhões em acordos de investimento anunciados na visita do primeiro-ministro chinês ao Brasil demandarão mais do que intenções para se concretizar. “Acostumados à rapidez na execução de projetos, um dos fatores que preocupam os chineses no Brasil são os extensos processos de *check and balances*”, lembra Castello Branco, que em certos casos acabam se transformando em barreiras. “É notória nossa necessidade de resolver sérias deficiências em infraestrutura, e do lado chinês há empreiteiras com experiência significativa na execução de projetos de hidrelétricas, estradas, ferrovias e portos, dado o volume de investimento que realizaram nos últimos 20 anos”, diz, ressaltando que explorar o conhecimento e as vantagens comparativas dos chineses nessa área seria um bom passo a favor da competitividade das exportações brasileiras. ▀

Retorno milenar

Claudio Conceição, de Pequim

“Temos um papel importante para desempenhar perante o mundo. As diferenças culturais entre os países devem ser entendidas e respeitadas. A maior inserção da China no mundo passa pela construção de uma nova rota de comércio e conhecimento.” Com essas palavras, Yang Zhenwu, presidente do jornal *Diário do Povo*, órgão oficial do Partido Comunista Chinês, sinalizou para uma plateia de 172 jornalistas de 60 países, o principal esforço que o governo chinês busca colocar de pé: a reativação da antiga rota da seda (mapa ao lado), que foi a maior rede comercial do mundo antigo.

Durante dois dias, 21 e 22 de setembro último, o evento Media Cooperation Forum on One Belt & One Road,

realizado em Pequim, procurou mostrar que o projeto do presidente chinês, Xi Jinping, de reativar a rota terrestre da seda, anunciado em outubro de 2013, é vital para a expansão sustentável da economia chinesa e para uma série de países. Outra rota, essa marítima, também faz parte dos planos dos chineses. No Sri Lanka, que aderiu ao projeto, os chineses já estão construindo um porto, em Colombo, que será uma das bases marítimas.

Se o projeto se tornar uma realidade até 2025 – prazo fixado pelas autoridades chinesas – a China ampliará o potencial de comércio em regiões que aglutinam entre 4 a 4,4 bilhões de pessoas, o que pode representar perto de um terço da riqueza mundial. E muita coisa já está sendo feita para que as determinações do presidente Xi Jinping e do Comitê Central do Par-

tido Comunista Chinês se tornem uma realidade. Os investimentos previstos são da ordem de US\$ 40 bilhões, somados a mais ou menos US\$ 54 bilhões de empréstimos que serão concedidos para construção de centros logísticos pela Ásia Central e demais países.

No Cazaquistão, onde o presidente Jinping anunciou pela primeira vez a intenção de reativar a rota terrestre da seda, um grande centro logístico está sendo construído. Em várias províncias chinesas, como Gansu, Shaanxi, Henan, Jiangsu, Shandong, pesados investimentos estão sendo feitos na construção de centros logísticos, como estradas, ferrovias, aeroportos e áreas de armazenamento.

Dauren Diyarov, diretor-geral da Agência Kazinform, do Cazaquistão, país mais engajado no projeto de reativação da rota, informou que mais de 250 convênios já foram assinados entre os dois países e 48 projetos estão em andamento, com investimentos da ordem de US\$ 70 milhões.

Além de ampliar de forma absurda o número de potenciais con-





sumidores de seus produtos, outro objetivo que está por trás do projeto chinês é ter acesso a recursos naturais, abundantes em alguns dos países por onde a rota passaria, em troca de investimentos em infraestrutura, que tende a perder fôlego na China com o menor crescimento do país nos próximos anos.

Na província de Henan, que ocupa a 5ª posição no PIB chinês, já começam a ser investidos US\$ 100 milhões num importante centro logístico, com conexões portuárias, aéreas e terrestres.

Guo Gengmao, secretário do Comitê Central do Partido Comunista Chinês na Província de Henan, salienta que canais de distribuição estão sendo planejados para unir a China a países da Europa, por via férrea, tornando “Henan o principal centro logístico para a nova rota da seda”.

Não há informações muito detalhadas sobre a rota. O que se sabe é que a parte terrestre cortaria a China de leste a oeste. A porta de saída para os países da Ásia Central e Europa seria a região de Xinjiang. Essa rota seria feita, principalmente, por rodovias e trens. Pelo projeto, está prevista uma rota ferroviária Madri-Yiwu, que será a mais longa do planeta.

O braço marítimo, de grande importância para a China, já que 90% de seu comércio é feito pelo mar, o ponto de partida seria no leste do país, atravessando o estreito de Malaca. Através de Bangladesh, Sri Lanka e Paquistão, segui-

ria pelo Mar Vermelho até o porto de Pirineus, em Atenas, na Grécia. De lá, partiria para outras regiões, como Itália, Egito, Portugal e até Suécia.

Embora existam resistências de alguns países em relação ao projeto, os chineses afirmam que 50 países já mostraram interesse em participar. Mas há muitos obstáculos a serem superados. A nova rota irá atravessar países que estão em conflito interno, com guerras e disputas ferrenhas pelo poder. Outro problema é que em países mais pobres, a segurança, especialmente nas rodovias, contra ataques terroristas e de contrabandistas, tende a se tornar um grande desafio à medida que essas rotas se valorizem.



O esforço chinês

Jornalistas de 60 países e autoridades chinesas debateram, em Pequim, a importância da reativação da Rota da Seda e seus problemas para que se torne uma realidade até 2025 como prevê o Comitê Central do Partido Comunista chinês

Por outro lado, a Rússia não parece estar muito disposta a apoiar a iniciativa chinesa pelo poder econômico e político que o gigante chinês passaria a ter com a implantação do projeto como concebido, embora estejam construindo, em conjunto, um enorme gasoduto ligando os dois países.

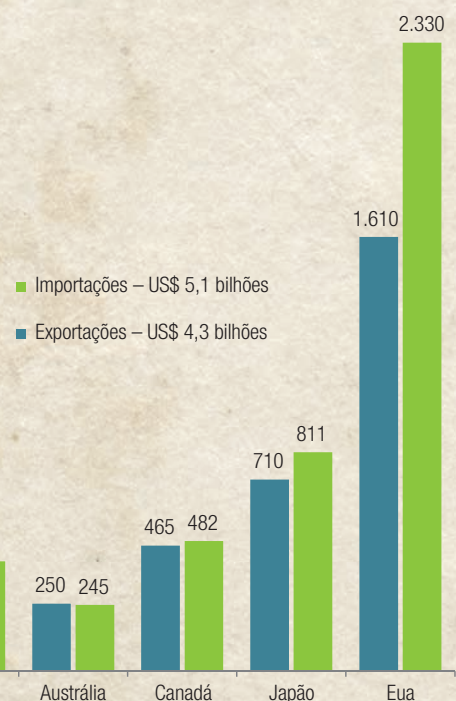
Os Estados Unidos, por sua vez, possivelmente irão usar de todo o seu peso econômico e político para dissuadir potenciais interessados em se engajar no projeto chinês. E já se anteciparam aos dirigentes de Pequim: após oito anos de negociações, foi aprovado no último dia 5 de outubro o maior acordo de livre-comércio do mundo, a Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês), ou Pacto do Pacífico, envolvendo 12 países que respondem por 40% do Produto Interno Bruto (PIB) do planeta. A

Pacto do Pacífico

12 países que respondem por **40%** do PIB global
Total em exportação e importações: **US\$ 9,5 bilhões**

PIB do bloco em US\$ trilhões

Brunei	0,015	Malásia	0,326
Nova Zelândia	0,198	México	1,283
Peru	0,202	Austrália	1,44
Chile	0,258	Canadá	1,789
Vietnã	0,186	Japão	4,616
Cingapura	0,308	Eua	17,42



Fonte: CIA The World Factbook.

China ficou de fora, dias depois que o presidente chinês esteve em visita oficial aos Estados Unidos. Em certo sentido, a China já tem fortes laços comerciais com grande parte desses países. No entanto, passa a ter uma concorrência mais forte, liderada pelos Estados Unidos, nesses mercados.

“Quando mais de 95% de nossos clientes potenciais vivem fora de nossas fronteiras, nós não podemos deixar países como a China escreverem as regras da economia global”, disse o presidente norte-americano, Barack Obama, após a aprovação do acordo por representantes dos 12 países que passam a integrar o bloco de livre-comércio.

O acordo, uma vitória do presidente Obama, busca fortalecer os laços com países da Ásia, onde os Estados Unidos e China disputam maior espaço político e econômico. Do acordo, que precisa passar pelo Congresso americano, fazem parte o Japão, Chile, Canadá, Vietnã, Malásia, Cingapura, Brunei, Austrália, Nova Zelândia, Peru e México, além dos EUA.

Efeitos danosos

A parceria Transpacífico é mais um grande obstáculo para que o Brasil amplie a sua participação no comércio mundial. Com uma das economias mais fechadas do mundo, o país deve passar a enfrentar uma concorrência mais acirrada nas exportações de produtos agrícolas, já que os 12 países do bloco devem negociar tarifas mais reduzidas, enquanto o Brasil continuaria com alíquotas elevadas e, possivelmente, aumento das barreiras sanitárias.

Rota da Seda

Foi a maior rota comercial do mundo antigo, com cerca de 6.400 quilômetros de extensão. No começo, ela partia de Chang'na, atual Xi'an, primeira capital chinesa, chegando até Antioquia, atual Antakya, na Turquia, na Ásia Menor, se espalhando até Istambul. Com o passar do tempo, sua influência foi sendo ampliada indo até a Coreia e o Japão. Por terra, caravanas conduziam a seda produzida na China, voltando com especiarias e demais produtos. O mesmo era feito por mar.


Havia duas rotas. A rota do norte atravessava todo o leste europeu, a península da Crimeia, o Mar Negro, o Mar de Marmara, chegando aos Bálcãs e a Veneza, na Itália. A rota do sul percorria o Turcomenistão e toda a Mesopotâmia, onde se dividia em outras rotas que levavam os produtos até o Egito e a África. Ao longo do tempo, muitos foram aqueles que percorreram a Rota da Seda, mas não em sua totalidade. Mas no século XIII, o viajante veneziano Marco Polo, saiu de Veneza e percorreu toda a Rota, regressando a Itália anos depois.

Foi a partir de 1498, quando Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para as Índias, que a rota da seda começou a definir. Mas o golpe fatal veio quando o Marquês de Pombal começou a incentivar a produção de bicho-da-seda em Portugal e a instalação de uma fábrica em Lisboa. Até então, só os chineses dominavam a técnica da produção da seda a partir da fibra branca dos casulos do bicho-da-seda. Esse segredo foi guardado por muitos anos. Até ser descoberto pelos europeus.

Pela sua importância comercial e cultural, já que foi responsável pelo crescimento e desenvolvimento de regiões e de grandes civilizações, a Rota da Seda Marítima pode se tornar Patrimônio da Humanidade, conforme proposto pelo Departamento de Patrimônio Histórico de Hong Kong.

Só para se ter uma ideia das dificuldades que estão por vir, pelo TPP as tarifas de importação do frango norte-americano podem baixar até 40%, 35% sobre a soja e 40% sobre as frutas. Outro ponto é que nossas exportações de manufaturados para os Estados Unidos podem perder fôlego, dependendo da redução de alíquotas que forem aplicadas pelos demais integrantes do TPP.

Há certa unanimidade entre os especialistas de comércio exterior

de que o Brasil ficará ainda mais isolado, já que não tem acordos comerciais relevantes com nenhum bloco. Só o Mercosul que, como se sabe, agoniza. A política externa brasileira tem dado prioridade a acordos multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio, a OMC, que vem se tornando cada vez mais inviáveis. Nem um esforço de peso tem sido feito para que acordos bilaterais sejam assinados. 

PARALELOS HISTÓRICOS

CHINA: A MUDANÇA DO PADRÃO DE CRESCIMENTO JÁ SE REFLETE NO PERFIL DA DEMANDA IMPORTADORA. O BRASIL ESTÁ SE ADAPTANDO PARA TIRAR PROVEITO?

Veja outras edições da Conjuntura Econômica que abordaram o tema nos últimos 20 anos. São mais de 700 números disponíveis para consulta. Desenvolva sua própria busca obtendo resultados em segundos.



www.fgv.br/ibre/bibliotecavirtual



SUGESTÃO DE PESQUISA #1

Em junho de 2004, quando o comércio entre China e Brasil aquecia, começavam a surgir oportunidades para exportações agrícolas, bem como algumas preocupações para a indústria.

Pesquise por: China + Brasil
+ exportações agrícolas

COMO PESQUISAR:

Nessas sugestões de pesquisas, as palavras indicadas no parágrafo "Pesquise por:" devem ser digitadas na página de "Pesquisa Livre" no "passo 1" mostrado aqui à direita, ou se preferir diretamente no campo de busca dentro da ferramenta de pesquisa (DocReader), como vemos também ao lado, no passo 3. Para uma pesquisa mais ágil e eficaz, assista aos vídeos de orientação disponíveis na "ajuda" localizada no site ou no DocReader.



SUGESTÃO DE PESQUISA #2

Em março de 2007, uma corrente sinalizava que a China deveria ter sido entendida como uma ameaça ao Brasil e não como um país aliado.

Pesquise por: China + ameaça ao Brasil



Powered by:

 **docpro**

PESQUISE LIVREMENTE...

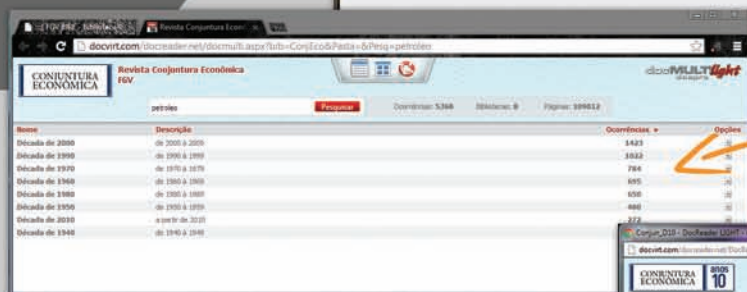
...em mais de 700 edições da revista, (exceto a edição em banca e as 2 anteriores) de forma rápida e simples, em apenas 3 passos.

1

Acesse a página de pesquisa pelo portal IBRE ou diretamente pelo link www.fgv.br/ibre/bibliotecavirtual

2

Escolha o período e digite as palavras que deseja pesquisar.



Na tela inicial, caso tenha escolhido TODOS os períodos, escolha agora um deles para filtrar os resultados.

2b

3

O resultado da sua busca aparece com as palavras da pesquisa destacadas em verde. O mesmo destaque aparece nas demais ocorrências das páginas do acervo.



VOCÊ PODE
ter estes recursos
disponíveis em
seus documentos!

Acesse agora www.docpro.com.br e veja como é simples e rápido encontrar a informação que precisa, dentro dos seus documentos. Excelente para acervos privados ou públicos, tanto de uso interno como na Web. Acessível para consulta no computador, tablet ou smartphone. Surpreenda-se com as possibilidades, inclusive de obter receita extra.

Distintas demandas

FGV/IBRE e Universidade de Fudan associam-se para analisar os desafios de infraestrutura no Brasil e na China

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

A infraestrutura é reconhecidamente indutora de crescimento, e antecipá-la é um desafio mesmo a países como a China, que na última década impulsionou sua economia com um veloz investimento em obras nos setores de transporte e imobiliário. Enquanto o Brasil ainda precisa aprender a conduzir seus projetos de infraestrutura de forma eficaz para eliminar históricos gargalos como no setor logístico, que reduz sua competitividade, hoje a China se defronta com demandas de caráter social, que surgem no ritmo do aumento da urbanização.

As oportunidades e desafios contidos em ambas as experiências estão registrados no livro *Infraestrutura: perspectivas do Brasil e da China*, que a FGV/IBRE lançará em novembro. Fruto de uma parceria do IBRE com a Universidade de Fudan, o livro reúne análises de 18 autores, cinco dos quais pesquisadores chineses. Lia Valls, da Economia Aplicada da FGV/IBRE, co-organizadora da obra, conta que a principal motivação para o trabalho foi o anúncio da criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) – ou Banco de Desenvolvimento dos Brics, na 6ª Cúpula do bloco, em julho de 2014 na cidade de Fortaleza (CE) –, e de potenciais investimentos chineses em infraestrutura no Brasil, indicados em maio deste ano na visita do primei-

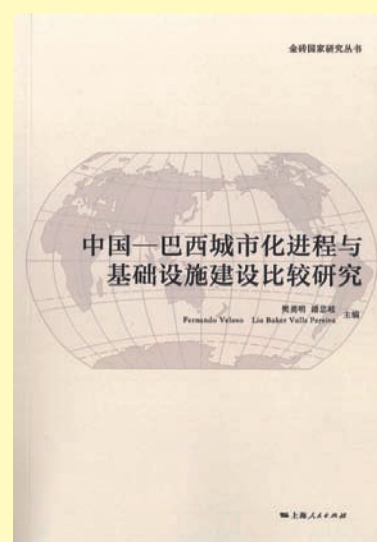
ro-ministro chinês ao Brasil. “Por um lado, nosso país tem a aprender como a China conseguiu realizar grandes projetos num curto espaço de tempo. Por outro, os chineses estão interessados em entender mais sobre a agenda de infraestrutura brasileira, seus problemas e potenciais”, afirma.

Do lado brasileiro, os pesquisadores analisaram a situação da infraestrutura a partir de diferentes abordagens. Do lado logístico, selecionaram os modos portuário, ferroviário e rodoviário, destacando os pontos em comum que resultam em atrasos na sua expansão. Entre os principais estão a baixa qualidade dos projetos, dificuldades

Em setembro último, na Universidade de Fudan, na China, foi lançada a edição em chinês e inglês do livro sobre as Perspectivas da *Infraestrutura no Brasil e na China*, durante seminário que teve a participação de Lia Valls Pereira e Fernando Veloso, organizadores do livro. Esta é a segunda vez que um livro produzido pelo IBRE, em associação com uma instituição chinesa, é lançado em chinês e inglês, além da versão em português. Em 2013, em associação com o Instituto de Estudos da América Latina da Academia de Ciências Sociais da China (ILAS/CASS), foi publicado o livro *Armadilha de Renda Média – Visões do Brasil e da China*.



na obtenção de licenças ambientais e sobreposição de regras, que somadas a problemas políticos e de governança geram incerteza ao investidor privado. Esse segmento também foi abordado a partir da análise da necessidade de diversificação das formas de financiamento de obras, destacando-se a importância do incentivo a modelos como *project finance*, bem como da ampliação do mercado de seguros.



A necessidade de melhorar o enquadramento regulatório e legal dos projetos de expansão também foi destacada no capítulo dedicado ao setor de energia elétrica, onde se aponta a importância da busca por equilíbrio entre metas de curto prazo com segurança e confiabilidade do sistema. No capítulo dedicado ao setor de telecomunicações, a mensagem também é clara: apesar de ser o segmento no qual as reformas liberalizantes foram mais amplas e bem-sucedidas, uma tributação dos serviços entre as mais altas do mundo e a proteção de mercado à produção de equipamentos também reduzem a competitividade do setor. A parte brasileira do livro é fechada com uma análise das políticas públicas relacionadas à urbanização, que contam com um forte aparato legal para garantir seu ordenamento – como o Estatuto da Cidade – mas cujos resultados ainda estão aquém das expectativas.

Foco urbano

Nas páginas dedicadas à China, os pesquisadores da Universidade de Fudan concentraram sua análise nos desafios do país para a ampliação da infraestrutura chamada de social – como escolas, equipamentos de lazer e de saúde. Segundo os autores, os desequilíbrios nesse segmento se tornaram mais evidentes com o aumento da urbanização. Nos três capítulos dedicados ao país, os autores ressaltam que as diferenças na quantidade e qualidade da oferta dessas estruturas públicas se encontram não somente entre áreas urbanas e rurais, mas também entre regiões do país – apontando o abismo que há entre cidades grandes e ricas como Pequim e Guangzhou em

relação a outras do interior. Mesmo em megacidades em áreas costeiras, como Xangai, a rapidez da migração populacional tem desafiado o planejamento do governo, com o surgimento de subúrbios, em um processo de favelização e precarização da oferta de serviços que o país quer evitar.

Os pesquisadores chineses destacam que essa desigualdade também é refletida entre diferentes grupos populacionais, já que as cidades não oferecem atenção médica ou escola aos chineses que trabalham em seu perímetro mas são cadastrados como residentes da zona rural. Atualmente, o orçamento público de infraestrutura urbana está organizado de acordo com o cadastro de moradia permanente dos residentes, forçando exclusão dos não cadastrados.

Para incentivar as obras de infraestrutura a partir dessas três perspectivas – o equilíbrio entre zona urbana e rural, entre regiões do país e entre po-

pulações –, os pesquisadores chineses abordam a necessidade de diversificação de fontes de financiamento para apoio aos governos locais, bem como o foco em mecanismos de incentivo à iniciativa privada, vislumbrando a coexistência cada vez maior de estruturas públicas e privadas, demandando mecanismos consistentes de regulação. Os autores reforçam a importância do desenvolvimento de sistemas híbridos como parcerias público-privadas, incentivando a reforma da gestão desses serviços, com modelos de mercado regidos por processos e normas, bem como atração de tecnologia. ▀

Agora o foco é no social

Evolução do investimento em infraestrutura por áreas, em bilhões de RMB



Fonte: Yuan Ren, Wei Tang e Yang Xu com dados do *Anuário estatístico da China* 2003, 2013.

Ficha técnica: *Infraestrutura: perspectivas do Brasil e da China*.

Realização: FGV/IBRE.

Organizadores: Lia Valls Pereira, Fernando Veloso, Yongming Fan e Zhongqi Pan.


Editora: Elsevier.


Previsão de lançamento: novembro.


Pesquisas, Estudos e Indicadores para suporte às decisões táticas e estratégicas do seu negócio.


O Instituto Brasileiro de Economia é a unidade da Fundação Getúlio Vargas que analisa e pesquisa a economia, impulsionando e estimulando o desenvolvimento de negócios públicos e privados de todo o país. A instituição customiza serviços conforme a necessidade de cada cliente, e disponibiliza consulta sistemática *on-line* da sua produção estatística em forma de banco de dados.


SERVIÇOS CUSTOMIZADOS

 **Preços de Referência** - suporte às áreas de compras na definição de critérios de fixação de preços de referência;


 **Índice de Preços** - suporte aos reajustes de contratos;


 **Projeções** de variações de preços permitindo viabilizar estratégias relacionadas à dinâmica do mercado;

 **Fórmulas Paramétricas** - suporte à construção de indicadores da evolução de custos em função do comportamento dos preços de insumos;


 **Estudos Especiais** - construção de cenários para planejamentos estratégicos e orçamentos.

SERVIÇOS - BANCOS DE DADOS ON-LINE

 **FGV Dados** - banco de dados *on-line* que disponibiliza o Índice Geral de Preços (IGP) bem como sua composição;

 **Monitor da Inflação** - um aliado na análise e previsão dos índices oficiais da inflação;

 **Sondagens Econômicas** - antecipa tendências da Indústria, do Comércio, da Construção, de Serviços e do Consumidor;

 **Setorial Automobilístico** - direcionado para o acompanhamento da dinâmica de preços relacionados à cadeia produtiva específica deste setor.



O que é liberdade pra você?

MBA FGV

O MBA *online*, voltado para quem busca sucesso na carreira e na vida, aliando conhecimento e *networking*.

ATUALIZAÇÃO

Cursos com duração de 30 e 60 horas, em 14 áreas de conhecimento, focados no mercado de trabalho.

APERFEIÇOAMENTO

Cursos que desenvolvem competências estratégicas, com aplicação imediata no dia a dia do profissional.

CURSOS GRATUITOS

Iniciativa inovadora da FGV, com cursos em diversas áreas de conhecimento.

**Liberdade
para você ser
uma referência.**

 **FGV ONLINE**

ORGANIZAÇÃO É QUANDO O ALARME DO CELULAR LEMBRA UMA REUNIÃO SUPERIMPORTANTE: COM SEUS AMIGOS.

O que é ser bem-sucedido?
Para sua carreira, é fazer o MBA de uma das maiores geradoras de conteúdo econômico do Brasil.
Para sua vida, é ter sua própria definição do que é sucesso.

PRESENCIAL, ONLINE E CUSTOMIZADO.

MBA FGV
Referência para sua carreira e para sua vida.